

Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade IFRS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.



Banco Société Générale Brasil S.A.



SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking



SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Société Générale Brasil S.A.

Índice

Banco Société Générale Brasil S.A.	> 5
Ativo	> 6
Passivo	> 7
Demonstrações do Resultado	> 8
Demonstrações das Mutações	> 9
Fluxo de Caixa	> 10
Notas Explicativas	> 11



Banco Société Générale Brasil S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais - R\$

ATIVO	Nota	Reapresentado	
		2015	2014
Caixa, equivalentes de caixa e reservas no Banco Central.....	5	4.721.676	293.065
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação		1.716.309	3.019.982
Títulos e valores mobiliários.....	6.A	760.845	2.427.282
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumento de hedge)	4.1.4	955.464	592.700
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	7	542.579	378.673
Títulos e valores mobiliários.....		542.579	378.673
Empréstimos e recebíveis.....		3.087.672	3.182.594
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8.A	83.689	37.455
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8.B	3.238.066	3.323.342
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	8.C	(234.083)	(178.203)
Ativos não correntes mantidos para venda.....	9	5.228	4.526
Créditos tributários	33.B	8.883	15.493
Outros ativos	12	553.160	328.180
Ativos de operações descontinuadas.....	9	103.657	-
Investimentos		42	43
Ativo imobilizado.....	10	29.283	45.164
Ativos intangíveis.....	11	178	1.697
Total do ativo		10.768.667	7.269.417

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais - R\$

			Reapresentado
		2015	2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação	13	1.200.965	557.297
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumento de hedge)		1.200.965	557.297
Passivos financeiros ao custo amortizado		7.227.414	4.654.835
Depósitos de clientes	14	208.391	284.802
Depósitos de instituições financeiras	15	447	-
Captações no mercado aberto	15	-	10.740
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos e repasses	16	7.018.576	4.359.293
Provisões	17.A	308.026	361.344
Passivos tributários diferidos	18.A	88.406	31.431
Outros passivos	18.B	383.389	600.178
Passivos de operações descontinuadas	9	94.527	-
Patrimônio líquido		1.465.940	1.064.332
Capital		2.956.929	2.374.923
Reserva de capital		2.286	4.118
Reserva de reavaliação		180	211
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.D	(6.607)	(3.666)
Hedge de fluxo de caixa	19.E	5.259	6.616
Prejuízos acumulados		(1.589.956)	(1.317.870)
Reservas para operações descontinuadas		97.849	-
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		1.465.940	1.064.332
Total do passivo e patrimônio líquido		10.768.667	7.269.417

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais - R\$

			Reapresentado
		2015	2014
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Receita/(Despesa) líquida de juros e similares		(1.569.326)	130.173
Receitas de juros e similares	22	1.298.604	1.137.207
Despesas de juros e similares	23	(2.867.930)	(1.007.034)
Perdas líquidas de recuperação por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	8.C	(259.717)	(141.180)
Despesa líquida de juros após perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos..		(1.829.043)	(11.007)
Resultado líquido com tarifas e comissões	24	10.625	12.236
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado Mantidos para negociação	25	2.094.593	361.366
Resultado líquido realizado de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e com instrumentos derivativos não destinados a negociação	26	61.090	17.347
Despesas de pessoal	27	(179.058)	(176.822)
Despesas administrativas	28	(122.750)	(207.931)
Depreciação e amortização	29	(10.110)	(12.998)
Outras receitas (despesas) operacionais	30	(8.062)	55.894
Lucro operacional antes da tributação		17.285	38.085
Imposto de renda e contribuição social	33	(160.447)	(6.973)
(Prejuízo)/Lucro líquido consolidado do exercício de operações continuadas		(143.162)	31.112
Operações Descontinuadas			
Prejuízo líquido consolidado após o imposto do exercício de operações descontinuadas		(32.659)	-
Lucro/(Prejuízo) líquido consolidado do exercício		(175.821)	31.112
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores		(175.821)	31.112
Total do Lucro/(Prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em R\$)		(0,17)	0,04
Ordinárias		(0,17)	0,04
Preferenciais		(0,17)	0,04

		2015	2014
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(175.821)	31.112
Ajustes ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de impostos	19.D	(2.941)	(3.708)
Parcela referente a Hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos	19.E	(1.357)	(3.202)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		(4.298)	(6.910)
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		(180.119)	24.202
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos atribuídos aos acionistas controladores		(180.119)	24.202

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Em milhares de reais - R\$

	Patrimônio líquido atribuível à controladora								
			Prejuízos	Reserva	Reserva de	Reserva	Ajustes de	Hedge	Total do
	Nota	Capital	acumulados	operações	reavaliação	de capital	Avaliação	de fluxo	patrimônio
				descontinuadas			Patrimonial	de caixa	líquido
Em 1º de janeiro de 2015.....		2.374.923	(1.317.870)	-	211	4.118	(3.666)	6.616	1.064.332
Prejuízo líquido do exercício		-	(175.821)	-	-	-	-	-	(175.821)
Aumento de capital	19.C	582.006	-	-	-	-	-	-	582.006
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.D	-	-	-	-	-	(2.941)	-	(2.941)
Hedge de fluxo de caixa.....	19.E	-	-	-	-	-	-	(1.357)	(1.357)
Constituição (realização) de reservas		-	31	-	(31)	-	-	-	-
Plano de pagamento baseado em ações	32	-	-	-	-	(1.832)	-	-	(1.832)
Operações descontinuadas.....		-	(97.849)	97.849					-
Realizações diversas		-	1.553	-	-	-	-	-	1.553
Em 31 de dezembro de 2015		2.956.929	(1.589.956)	97.849	180	2.286	(6.607)	5.259	1.465.940

	Patrimônio líquido atribuível à controladora								
	Nota	Capital	Prejuízos acumulados	Reserva de reavaliação	Reserva de reavaliação	Reserva de capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Hedge de fluxo de caixa	Total do patrimônio líquido
			reapresentado						
Em 1º de janeiro de 2014.....		2.374.923	(1.338.911)	-	231	2.897	(2.769)	9.818	1.046.189
Lucro líquido do exercício - reapresentado.....		-	31.112	-	-	-	-	-	31.112
Ajustes de exercícios anteriores em coligadas - reapresentado			(10.845)	-	-	-	-	-	(10.845)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.D	-	-	-	-	-	(897)	-	(897)
Hedge de fluxo de caixa.....	19.E	-	-	-	-	-	-	(3.202)	(3.202)
Constituição (realização) de reservas		-	32	-	(20)	-	-	-	12
Plano de pagamento baseado em ações	32	-	-	-	-	1.221	-	-	1.221
Realizações diversas		-	742	-	-	-	-	-	742
Em 31 de dezembro de 2014 - reapresentado		2.374.923	(1.317.870)	-	211	4.118	(3.666)	6.616	1.064.332

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	2015	Reapresentado 2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício.....		(143.162)	31.112
Prejuízo líquido do exercício de operações descontinuadas.....		(32.659)	-
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		6.397.875	(99.036)
Depreciação do ativo imobilizado.....	29	10.047	12.945
Amortização do ativo intangível.....	29	63	53
Provisão líquida para perda por redução ao valor recuperável	8.C	55.880	(66.395)
Provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas		5.965	29.586
Variação cambial sobre captações		6.370.569	12.845
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos.....		63.585	(73.909)
Provisão (reversão) para plano de pagamento baseado em ações		(1.832)	1.221
Realização de reserva de reavaliação		1.553	1.411
Marcação a mercado aplicada aos ativos financeiros disponíveis para venda.....		(2.941)	(897)
Baixa por obsolescência.....		-	445
Resultado na venda de imobilizado		-	(28)
Hedge de fluxo de caixa.....		(1.357)	(3.202)
Ajuste de exercícios anteriores.....		-	(13.111)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa de operações descontinuadas.....		(103.657)	-
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado		6.222.054	(67.924)
Variação de ativos e passivos operacionais.....		(2.381.990)	(454.625)
Redução de reservas do Bacen	5	48	1.428
(Aumento) redução em ativos financeiros disponíveis para venda		(163.906)	46.395
(Aumento) redução em ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação		1.303.673	(987.798)
Aumento em empréstimos e recebíveis		(6.331.527)	(504.531)
Aumento em outros ativos.....		(224.980)	(19.079)
Aumento (redução) em passivos financeiros ao valor justo através do resultado de mantidos para negociação		643.668	(225.670)
Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado – depósitos de clientes, de instituições financeiras e captações no mercado aberto		2.572.579	803.800
Redução de ações judiciais		(59.283)	(2.391)
Aumento (redução) em outros passivos.....		(216.789)	433.221
Variação de ativos e passivos operacionais nas operações descontinuadas		94.527	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		3.840.064	(522.549)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) redução em ativos não correntes mantidos para venda	9	(702)	2.537
Aquisição de ativo intangível.....	11	(5)	(1.629)
Aquisição de imobilizado	10	(11.170)	(28.182)
Alienação de imobilizado		16.169	808
Atividades de investimentos de operações descontinuadas.....		2.297	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		6.589	(26.466)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital		582.006	-
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento		582.006	-
Aumento/(redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa.....		4.428.659	(549.015)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		290.469	839.484
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	5	4.719.128	290.469

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

■ 1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco Société Générale") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Avenida Paulista, 2300 – Bela Vista – São Paulo – SP – Brasil, organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar com as carteiras: comercial, câmbio, investimento, crédito, financiamento e prestação de serviços. Sua matriz é sediada na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Banco Société Générale é uma subsidiária integral do Société Générale Group - Matriz França ("Grupo Société Générale").

O conglomerado financeiro é composto pelo Banco Société Générale e por suas controladas SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Société Générale Leasing"), Société Générale S.A. – Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Société Générale Corretora"), Banco Cacique S.A. ("Banco Cacique") e Banco Pecúnia S.A. ("Banco Pecúnia"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.2. - "Escopo de consolidação".

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre as entidades do Conglomerado.

O Banco Société Générale possui um fundo exclusivo (SG SD FIM – IE) no Brasil. Este fundo está consolidado nas demonstrações financeiras consolidadas.

As operações conduzidas pelas empresas do conglomerado estão no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa é absorvido, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

As controladas são subsidiárias integrais e são apresentadas de forma consolidada nessas demonstrações financeiras com exceção do Banco Pecúnia que está classificado em ativos de operações descontinuadas mantidos para venda, vide nota explicata 9.

A Société Générale Leasing tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

A Société Générale Corretora tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários.

O Banco Cacique está organizado sob a forma de banco múltiplo e, está autorizado a operar com as carteiras comerciais, de câmbio, crédito, financiamento e investimento tendo em certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Société Générale.

O Banco Pecúnia está organizado sob a forma de banco múltiplo e está autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, tendo em certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Société Générale.

Em 28 de Janeiro de 2015 o Conselho de Administração do Banco Cacique S.A., e do Banco Pecúnia S.A., comunicou a decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, encerrando dessa forma suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas.

O Banco Pecúnia está organizado sob a forma de banco múltiplo e está autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, tendo em certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Société Générale. Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração decidiu pelo encerramento das operações do Banco Pecunia S.A., deixando de conceder novos empréstimos. Em 2015, o encerramento das operações ocorreu através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, associada a alienações de parte substancial de sua carteira de financiamento de veículos. Conforme abordado na nota 9, em 18 de fevereiro de 2016, a Administração assinou a alienação do Banco Pecunia S.A. e por esta razão a classifica em ativos de operações descontinuadas mantidos para venda em 31 de dezembro de 2015. A concretização da venda está condicionada a aprovação dos reguladores.

O encerramento das operações do Banco Pecúnia ocorreu através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, associada a alienações de parte substancial de sua carteira de financiamento de veículos. Em 18 de fevereiro de 2016, a Administração assinou a alienação do Banco Pecunia S.A. e por esta razão a classifica em ativos de operações descontinuadas mantidos para venda. A concretização da venda está condicionada a aprovação do Banco Central do Brasil.

As captações do Banco e empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França), enquanto grande parte das captações das empresas controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., vem sendo realizadas através de depósitos interfinanceiros com seu banco controlador.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria em 22 de fevereiro de 2016.

Foram efetuadas reclassificações no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e respectivas notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para melhor comparação com as informações de 31 de dezembro de 2015 como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

	2014 Original	2014 Ajustes	2014 Reapresentado
a) <u>Balanco Patrimonial:</u>			
Ativo - Outros ativos	316.301	11.879	328.180
1 - Banco Cacique S.A.		2.498	
2 - Banco Pecúnia S.A.		9.381	
Passivo - Provisões	360.409	935	361.344
1 - Banco Cacique S.A.		935	
Passivo - Outros passivos	577.976	22.202	600.178
2 - Banco Pecúnia S.A.		23.084	
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil		(882)	
Passivo - Patrimônio líquido-Prejuízos acumulados	(1.306.612)	(11.258)	(1.317.870)
1 - Banco Cacique S.A.		1.563	
2 - Banco Pecúnia S.A.		(13.703)	
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil		882	
b) <u>Demonstrações do Resultado:</u>			
Outras receitas (despesas) operacionais	55.496	398	55.894
1 - Banco Cacique S.A.		986	
2 - Banco Pecúnia S.A.		(1.624)	
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil		1.036	
c) <u>Mutações do Patrimônio Líquido:</u>			
Lucro líquido do exercício	30.868	244	31.112
1 - Banco Cacique S.A.		986	
2 - Banco Pecúnia S.A.		(1.624)	
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil		882	
Ajuste de exercícios anteriores de coligadas	-	(10.845)	(10.845)
1 - Banco Cacique S.A.		1.057	
2 - Banco Pecúnia S.A.		(11.902)	
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil			
Prejuízos acumulados	(1.306.612)	(11.258)	(1.317.870)
1 - Banco Cacique S.A.		1.563	
2 - Banco Pecúnia S.A.		(13.703)	
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil		882	
d) <u>Demonstração do Fluxo de Caixa:</u>			
Atividades Operacionais - Lucro Líquido do Exercício	30.868	244	31.112
1 - Banco Cacique S.A.		986	
2 - Banco Pecúnia S.A.		(1.624)	
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil		882	
Atividades Operacionais - Ajustes que não afetam o fluxo de caixa - Provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas	29.507	79	29.586
1 - Banco Cacique S.A.		79	
Atividades Operacionais - Ajustes que não afetam o fluxo de caixa - Ajuste de exercícios anteriores	-	(13.111)	(13.111)
1 - Banco Cacique S.A.		(551)	
2 - Banco Pecúnia S.A.		(12.560)	
Atividades Operacionais - Aumento em outros ativos	(8.807)	(10.272)	(19.079)
1 - Banco Cacique S.A.		(1.369)	
2 - Banco Pecúnia S.A.		(8.903)	
Atividades Operacionais - Aumento (redução) em outros passivos	410.163	23.058	433.221
1 - Banco Cacique S.A.		856	
2 - Banco Pecúnia S.A.		23.084	
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil		(882)	
e) <u>Nota explicativa 12</u>			
Outros ativos - Impostos e contribuições a compensar	46.521	8.754	55.275
2 - Banco Pecúnia S.A.		8.754	
Outros ativos - Devedores por depósitos em garantia (i)	243.630	3.126	246.756
1 - Banco Cacique S.A.		2.498	
2 - Banco Pecúnia S.A.		628	
Outros ativos - Outros	10.746	(1)	10.745
2 - Banco Pecúnia S.A.		(1)	
f) <u>Nota explicativa 18.b</u>			
Outros passivos - Provisão para impostos e contribuições correntes a pagar	70.139	23.239	93.378
2 - Banco Pecúnia S.A.		23.085	
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil		154	
Outros passivos - Outras	57.107	(1.038)	56.069
2 - Banco Pecúnia S.A.		(2)	
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil		(1.036)	
g) <u>Nota explicativa 30</u>			
Outras receitas (despesas) operacionais - Atualização de depósitos judiciais	11.538	586	12.124
1 - Banco Cacique S.A.		586	
Outras receitas (despesas) operacionais - Despesas Tributárias	(39.873)	(31)	(39.904)
2 - Banco Pecúnia S.A.		(31)	
Outras receitas (despesas) operacionais - Provisão para ações cíveis	(3.042)	(79)	(3.121)
1 - Banco Cacique S.A.		(79)	
Outras receitas (despesas) operacionais - Outras despesas operacionais	(37.223)	(1.450)	(38.673)
1 - Banco Cacique S.A.		(1)	
2 - Banco Pecúnia S.A.		(2.485)	
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil		1.036	
Outras receitas (despesas) operacionais - Outras receitas operacionais	13.261	1.372	14.633
1 - Banco Cacique S.A.		480	
2 - Banco Pecúnia S.A.		892	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

1 - Refere-se a atualização monetária de processos cíveis - multas procon, no valor R\$ 935, de anos anteriores, ajustado nas contas de provisão para processos judiciais e ajustes de exercícios anteriores e, atualização monetária de depósitos judiciais trabalhistas, no valor de R\$ 2.498, de anos anteriores, ajustado nas contas de devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas e ajuste de exercícios anteriores.

2 - Refere-se a atualização monetária dos depósitos judiciais trabalhistas no valor de R\$ 628, de anos anteriores, ajustado na conta de devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas e ajustes de exercícios anteriores. A revisão do imposto de renda e contribuição social dos anos 2010 a 2013, que resultou em crédito tributário de R\$ 8.754 e a provisão para imposto a pagar de R\$ 23.084.

3 - Referem-se ao ajuste do saldo de provisão da comissão de garantia sobre o empréstimo bancário e do recálculo dos impostos em função desta adição à sua base de cálculo.

h) Nota explicativa 17

Os saldos relativos aos processos cíveis foram revisados para as controladas Banco Cacique S.A e Banco Pecúnia S.A para o ano de 2014, afetando os saldos anteriormente publicados para o período nas notas explicativas 17.a Saldos das provisões constituídas, 17.b Movimentação das provisões e 17.c Detalhamento das ações fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda.

(a) Saldos das provisões constituídas

	Original	Ajustes	Reapresentado
Ações fiscais	239.068	-	239.068
Ações trabalhistas	105.733	-	105.733
Ações cíveis	15.608	935	16.543
Total	360.409	935	361.344

(b) Movimentação das provisões

	Cíveis		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Saldo inicial.....	25.998	(1)	25.997
Constituição (*)	3.042	79	3.121
Ajustes/(Baixas)	(1.797)	857	(940)
Reversão (*)	(11.651)	-	(11.651)
Atualização (*).....	16	-	16
Saldo final.....	15.608	935	16.543

(c) Detalhamento das ações fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda

	Cíveis		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Saldo final.....	15.608	935	16.543

i) Nota explicativa 33

	IRPJ		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias no lucro ..	37.687	398	38.085
Alíquotas vigentes.....	25%	-	25%
Receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(9.422)	(99)	(9.521)
(a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes			
(-) Provisão para despesas com SG Paris	(16)	-	(16)
(-) Despesas com fraudes	(23)	-	(23)
(-) Incentivo fiscal	(64)	-	(64)
(-) Juros indedutíveis MP 472	(6.361)	-	(6.361)
(-) Descontos concedidos	(1.671)	-	(1.671)
(-) Eliminação de efeito fiscal das operações em descontinuidade	(1.074)	(1)	(1.075)
(-) Outras	(9.209)	(1)	(9.210)
(b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores			
Diferenças temporárias	(7.254)	-	(7.254)
(-) Ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(42.864)	-	(42.864)
(-) Ajuste ao valor justo do instrumento financeiro	15.286	-	15.286
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.784	-	15.784
(-) Provisão de bônus e PLR	154	-	154
(-) Outras diferenças temporárias	(5.174)	-	(5.174)
(-) Prejuízos fiscais	(20.178)	-	(20.178)
	(44.246)	-	(44.246)
(c) Efeito da compensação de prejuízos fiscais.....	18.406	-	18.406
(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e ajustes anos anteriores	41.167	(14)	41.153
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.304)	(114)	(3.418)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

	CSLL		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias no lucro	37.687	398	38.085
Alíquotas vigentes.....	15% e 9% (*)		15% (**) e 9% (*)
Receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(5.798)	85	(5.713)
(a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes			
(-) Provisão para despesas com SG Paris	(10)	-	(10)
(-) Despesas com fraudes	(14)	-	(14)
(-) Incentivo fiscal	(39)	-	(39)
(-) Juros indedutíveis MP 472	(3.817)	-	(3.817)
(-) Descontos concedidos	(1.002)	-	(1.002)
(-) Eliminação de efeito fiscal das operações em descontinuidade	(1.009)	(139)	(1.148)
(-) Outras	(5.891)	(139)	(6.030)
(b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores			
Diferenças temporárias	(3.866)	-	(3.866)
(-) Ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(25.719)	-	(25.719)
(-) Ajuste ao valor justo do instrumento financeiro	9.003	-	9.003
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.470	-	9.470
(-) Provisão de bônus e PLR	64	-	64
(-) Outras diferenças temporárias	(3.258)	-	(3.258)
(-) Prejuízos fiscais	(12.044)	-	(12.044)
	(26.350)	-	(26.350)
(c) Efeito da compensação de prejuízos fiscais.....	9.852	-	9.852
(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e ajustes anos anteriores	24.672	14	24.686
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.515)	(40)	(3.555)

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC).

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas em sua elaboração. Não ocorreram mudanças de práticas contábeis e estimativas relevantes durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. As adoções, ou possíveis adoções, das novas normas e interpretações do IFRS em 2015 não impactaram a comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Novos pronunciamentos contábeis já emitidos, mas aplicáveis em períodos futuros:

- São relacionados a seguir, novos pronunciamentos já emitidos e que passarão a vigorar em exercícios após a data destas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não foram adotadas de forma antecipada, quais sejam:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – trata-se do início da substituição do IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do Societé. Essas alterações serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018, porém o IASB permite sua adoção de forma antecipada.

IFRS 16 - Arrendamentos - O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, assim como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Suprime a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, mostrando um único modelo de arrendamento que consiste em:

- reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;
- reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e
- reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos em virtude da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IAS 12 - Impostos sobre a Renda – A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos em virtude da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui:

- um modelo lógico para classificação e mensuração;
- um modelo único de impairment para instrumentos financeiros, o que oferta uma resposta às perdas esperadas;
- a remoção da volatilidade em resultado originada de risco de crédito próprio; e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

(d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*.

Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos em virtude da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 15 – Receitas de Contratos de Clientes - O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Solicita que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos em virtude da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto onde a atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 - Combinações de Negócios. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de operação em conjunto que constitui um negócio.

Alteração da IAS 16 – Imobilizado e IAS – 38 - Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. O Société Générale Brasil n  adotou a norma para o exercício de 2015.

Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures) – As alterações se tratam de uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (Joint Ventures). Data de vigência ainda não foi definida pelo IASB. O Société Générale Brasil não adotou a norma para o exercício de 2015.

Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com o objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e a IAS 19 - Benefícios aos Empregados. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis do Banco Société Générale Brasil S.A

Alter  o da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – As alterações tem o objetivo de instigar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também   esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que   aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.

Alter  es na IAS 28, IFRS 10, e IFRS 12 Aplicando a Exceção   Consolidação: o documento cont m orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro para 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais, foram publicadas no jornal Diário do Comércio e Indústria e Diário Oficial do Estado de São Paulo, na edição de 24 de fevereiro de 2016, para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil, o conglomerado Banco Société Générale aplicou as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico corrigido, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa n  3 - “Estimativas e julgamentos contábeis críticos”.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

2.3. Consolidação

2.3.1. Controladas

As controladas SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil, Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A. são entidades cujas políticas financeiras e operacionais são determinadas pelo Banco Société Générale e nas quais det m a totalidade das ações com direito de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se o Banco Société Générale controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banco Société Générale e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

As operações entre empresas do conglomerado, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados no processo de consolidação. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Banco Société Générale.

2.3.2. Escopo de consolidação

(a) Subsidiárias controladas

Nome da Companhia	País de registro	��nd��stria	2015		2014	
			Percentual		Percentual	
			Participação em capital votante	Participação em capital social	Participação em capital votante	Participação em capital social
SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Financeira	100	100	100	100
Société Générale S.A. - Corretora de câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	Financeira	100	100	100	100
Banco Cacique S.A.	Brasil	Financeira	100	100	100	100
SG SD Fundo de Investimento Multimercado-Investimento no Exterior	Brasil	Financeira	100	100	100	100
Banco Pecúnia S.A.	Brasil	Financeira	-	-	100	100

(b) Subsidiárias consolidadas - controladas diretas do Banco Cacique

Nome da Companhia	País de registro	��nd��stria	2015		2014	
			Percentual		Percentual	
			Participação em capital votante	Participação em capital social	Participação em capital votante	Participação em capital social
Cacique Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Serviços	99,996	99,996	99,996	99,996
Cobrared Cobrança Especializada Ltda.	Brasil	Serviços	0,100	0,100	0,100	0,100

(c) Subsidiárias consolidadas - controladas indiretas do Banco Cacique (controladas diretas da Cacique Promotora de Vendas Ltda.)

Nome da Companhia	País de registro	��nd��stria	2015		2014	
			Percentual		Percentual	
			Participação em capital votante	Participação em capital social	Participação em capital votante	Participação em capital social
Cobrared Cobrança Especializada Ltda.	Brasil	Serviços	99,900	99,900	99,900	99,900

(d) Subsidiárias não consolidadas - controladas diretas do Banco Pecúnia

Nome da Companhia	País de registro	��nd��stria	2015		2014	
			Percentual		Percentual	
			Participação em capital votante	Participação em capital social	Participação em capital votante	Participação em capital social
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.	Brasil	Serviços	100,000	100,000	99,99951	99,99951

(*) O Banco Pecúnia S.A. não foi consolidado conforme descrito na nota 1.

2.4. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econ  mico, no qual a instituição atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banco Société Générale.

(b) Transações e itens do balanço patrimonial

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio    vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa é representado por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras. Equivalentes de caixa é representado por aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco Société Générale para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6. Operações compromissadas

As compras ou vendas de ativos financeiros vinculados a contrato de revenda ou recompra, respectivamente, são reconhecidos como um financiamento concedido ou recebido garantido pelo ativo financeiro, de acordo com a natureza do vendedor, sendo apresentados na demonstração de posição financeira em "Caixa e equivalentes de caixa" (ativo) quando o prazo de vencimento da operação na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

dias e apresentar risco insignificante de mudança de valor justo, em “Empréstimos e recebíveis” (ativo) quando o prazo de vencimento da operação na data da efetiva aplicação for superior a 90 dias, ou como “Captações no mercado aberto” (passivo).

As diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como “Receitas (despesas) de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

2.7. Ativos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado, (b) disponíveis para venda e (c) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria estão incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação.

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos ou incorridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Os derivativos ativos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados como disponíveis para venda, os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo, sendo os juros calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.12.) e reconhecidos na demonstração do resultado como “Receitas de juros e similares”. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra resultado quando liquidado ou pela perda por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Nessa categoria, incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banco Société Générale compreendem os “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras”, “Empréstimos e adiantamentos a clientes” e outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, com base no método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.12.).

2.8. Passivos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado e (b) mensurados ao custo amortizado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os passivos financeiros mantidos para negociação.

Passivos financeiros mantidos para negociação são passivos incorridos principalmente com o propósito de negociação em um futuro próximo ou se fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que são administrados conjuntamente e existe evidência de um padrão recente de obtenção de lucros no curto prazo.

Os derivativos passivos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado compreendem aqueles que são atualizados subsequentemente pela taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.13.), que desconta os pagamentos futuros estimados de juros ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas (receitas) associadas ao instrumento.

As despesas de juros correspondentes estão incluídas na conta “Despesas de juros e similares”.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e são subsequentemente mensurados pelos seus valores justos com as variações reconhecidas no resultado.

Para a determinação do valor justo de derivativos, é avaliado se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado através de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos. Na determinação do valor justo são considerados o risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do grupo (derivativos passivos).

Os derivativos não destinados a negociação receberão tratamento contábil diferenciado se esses derivativos forem designados e qualificados como instrumentos de *hedge*. Se este for o caso, determinamos em qual categoria de *hedge accounting* esse derivativo se classifica.

(a) Derivativos para negociação

Os derivativos que não se qualificam como instrumentos de proteção (*hedge accounting*) são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado na categoria de mantidos para negociação.

As mudanças no valor justo destes instrumentos são reconhecidas no resultado do período sob a rubrica “Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação”.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

(b) Derivativos não destinados à negociação (*hedge accounting*)

Certos derivativos são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que atendam aos critérios de contabilização como *hedge accounting*. A norma contábil prevê três tipos de estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

Para qualificar-se como *hedge accounting*, um derivativo deve ser:

- Designado e qualificado como um *hedge* de um ativo ou passivo financeiro especificado no início da vigência do contrato;
- Altamente efetivo em compensar a exposição às alterações no seu valor justo em relação ao valor justo do item que estiver sendo protegido ou, no caso de *hedge* de fluxo de caixa, em relação às alterações no fluxo de caixa, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato;
- Formalmente e contemporaneamente documentado como parte do relacionamento de *hedge*, incluindo o objetivo e a estratégia de administração de risco, a identificação do instrumento de *hedge* e do item protegido por *hedge* e a exposição a risco, como a efetividade será analisada prospectivamente e retrospectivamente, e como será mensurada a ineficácia.

A avaliação e documentação da efetividade das relações de *hedge* são revisadas no mínimo trimestralmente para confirmar se o instrumento de *hedge* foi e continua a ser efetivo na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa (dependendo da modalidade da operação de *hedge accounting* estabelecida).

Toda ineficácia é registrada no resultado do período corrente. Se for determinado que um instrumento derivativo designado para *hedge* não é altamente efetivo no *hedge accounting* da exposição designada, a relação e contabilização do *hedge* são descontinuadas.

Mantínhamos derivativos qualificados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 21 - “Instrumentos financeiros derivativos não destinados a negociação - *hedge*”.

(b.1) *Hedge* de fluxo de caixa

Para instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada como um componente do patrimônio líquido na conta de “Outros resultados abrangentes” e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado do exercício. Todos os montantes dos instrumentos de *hedge* que afetam o resultado são reconhecidos de forma condizente com a classificação do item protegido por *hedge*.

Se o relacionamento de *hedge* é descontinuado, a variação no valor justo do derivativo registrado no patrimônio líquido na conta de “*Hedge* de fluxo de caixa” é reconhecida quando os fluxos de caixa que foram protegidos ocorrerem, de forma condizente com a estratégia de *hedge* original. Se for provável que a transação prevista não irá ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado será imediatamente reconhecido em resultado.

2.10. Reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos financeiros

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos.

Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra. Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Banco Société Générale estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, sem favorecimento; fluxo de caixa descontado; modelos de precificação de opções e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

2.11. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa proveniente destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios decorrentes da posse do instrumento. Se não houver transferência substancial dos riscos e benefícios, a Administração avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo no ativo.

Títulos vinculados a recompra e cessões de crédito com coobrigação não são desreconhecidos porque o grupo retém substancialmente os riscos e benefícios na extensão em que existe, respectivamente, um compromisso de recomprá-los a um valor predeterminado ou de realizar pagamentos até uma determinada faixa no caso de default do devedor original dos empréstimos e adiantamentos.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente.

2.12. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

O ativo financeiro pode ser compensado com um passivo financeiro e ser reportado pelo seu valor líquido no balanço patrimonial se possuir direito e obrigação contratual de compensar os montantes reconhecidos na demonstração do balanço patrimonial e pode utilizar-se de uma base líquida, realizando um ativo e liquidando um passivo simultaneamente.

2.13. Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo através do resultado, são reconhecidos dentro de “Receitas de juros e rendimentos similares” e “Despesas juros e encargos similares” na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

Método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, apropriado por um período mais curto, que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco Société Générale estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência da redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida com base na taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

2.14. Resultado líquido com tarifas e comissões

Resultado líquido com tarifas e comissões é reconhecido conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados (conforme descrito na nota explicativa nº 24 – Resultado líquido de tarifas e comissões), exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

2.15. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Empréstimos e recebíveis mantidos até o vencimento

O Banco Société Générale avalia em cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”) e se esse evento (ou eventos) de perda apresentar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

O critério que o Banco Société Générale utiliza para determinar que há evidência objetiva da redução ao valor recuperável inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do emissor (por exemplo,  ndice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- In cio de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor;
- Deterioração do valor da garantia; e
- Redução abaixo do nível do investimento.

O Banco Société Générale primeiramente avalia a existência de evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável alocada para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais há uma perda por redução ao valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros, original do ativo. O valor contábil do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão (reduzidora) e o montante da perda é reconhecido no resultado. Se um empréstimo ou um ativo financeiro mantido até o vencimento possui a taxa de juros variável, a taxa de desconto a ser usada para fins de mensuração de qualquer redução ao valor recuperável é a taxa efetiva de juros corrente estabelecida pelo contrato. O Banco Société Générale pode mensurar a perda por redução ao valor recuperável com base no valor justo do instrumento financeiro usando o preço de mercado observável.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro para o qual exista garantia reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execu o da garantia menos custos para obter e vender a garantia caso a execu o da garantia seja provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva da redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais ativos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos de acordo com as condi es contratuais do ativo que está sendo avaliado.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de ativos financeiros que sejam coletivamente avaliados para fins de identifica o da perda por redução ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais de ativos do grupo e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base na data corrente observável para refletir os efeitos de condi es correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condi es no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administra o para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Quando um empréstimo é incobrável ele é baixado contra provisão para perda por redução ao valor recuperável. Tais empréstimos são baixados uma vez que todos os procedimentos necessários sejam completados e o montante de perda seja determinado.

Em um período subsequente, se o montante de perda for diminuído e a diminui o estiver relacionada objetivamente à um evento que ocorra após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de rating de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida com o ajuste na conta de provisão. O montante de reversão é reconhecido em “Perdas líquidas de recupera o por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos”

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

na demonstração do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

O Banco Société Générale avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título e valor mobiliário categorizado como disponível para venda abaixo do seu custo é considerado para determinar se os ativos estão deteriorados. Quando tal evidência objetiva existir para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa (que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável desse ativo financeiro anteriormente reconhecido no resultado) é removida do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Empréstimos renegociados

Os empréstimos sujeitos a avaliação da redução ao valor recuperável coletivamente ou que sejam individualmente significativos, e cujos termos e condições foram renegociados não são considerados mais como vencidos, mas são tratados como novos empréstimos. Em períodos subsequentes, o ativo é considerado a vencer e divulgado apenas em caso de nova renegociação.

2.16. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. O custo de um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

Intangíveis com vida útil definida são amortizados utilizando-se o método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeito a amortização, esse ativos são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Intangíveis com vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados. No entanto, é realizado um teste de redução ao valor recuperável no mínimo a cada data base da demonstração do balanço patrimonial e sempre que houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável da respectiva classe de ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do exercício, na extensão da diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, conforme descrito no item 2.18. desta nota explicativa.

O Banco Société Générale utiliza o modelo de avaliação através ao valor recuperável do ativo, que é representado pelo fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

2.17. Ativos não correntes mantidos para a venda e operações descontinuadas

São considerados como tal os ativos não correntes que terão seu valor contábil recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que sejam classificados como mantidos para a venda, o ativo deve:

- Estar prontamente disponível para a venda imediata;
- Ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação;
- A entidade iniciar um programa para a localização de um comprador e concluir a venda;
- Ser ativamente negociado a um preço que seja uma aproximação razoável do seu valor justo;
- Ter sua venda prevista para o prazo de um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de veículos ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas decorrentes da redução de seu valor contábil para o valor justo menos custos de vender são reconhecidos na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais".

Um grupo de alienação se qualifica como operação descontinuada se representar um componente de uma entidade que foi alienado ou classificado como mantido para venda, e:

Representar uma importante linha em separado de negócios ou área geográfica de operações;

For parte de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações;

For uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações contínuas, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os impostos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas em nota específica. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações contínuas, a menos que mencionado de outra forma.

2.18. Ativo imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico deduzidos da depreciação. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações: vinte e cinco anos;
- Móveis, utensílios e equipamentos: dez anos;
- Sistema de processamento de dados: cinco anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de perda por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado.

2.19. Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda pela redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido uma perda pela redução ao valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão da perda pela redução ao valor recuperável na data de apresentação da demonstração do balanço patrimonial.

2.20. Operações de arrendamento mercantil

O Banco Société Générale participa no mercado de arrendamento mercantil tanto como arrendador como arrendatário.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial na rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes”.

Como arrendatário, as operações realizadas pelo Banco Société Générale são substancialmente classificadas como arrendamentos operacionais. Sendo as despesas reconhecidas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Nos casos de operações classificadas como arrendamentos financeiros, são reconhecidos os ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado, os pagamentos mínimos do arrendamento financeiro são distribuídos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente e os ativos são depreciados.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes de expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

Como arrendador, o Banco Société Générale possui, através de sua controlada Société Générale Leasing, contratos de leasing operacional e financeiro e apresentados no balanço patrimonial na rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes”.

2.20.1. Concessão de arrendamento mercantil financeiro

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro na demonstração do balanço patrimonial é realizada na conta de “Empréstimos e recebíveis” a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pelo Banco Société Générale e incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com relação à negociação, estruturação e vendas de arrendamento mercantis são excluídos da definição de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa quando do reconhecimento do lucro da venda do arrendamento. O lucro da venda é reconhecido no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Banco Société Générale.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados regularmente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida imediatamente.

2.20.2. Concessão de arrendamento mercantil operacional

A contabilização dos ativos mantidos em um arrendamento operacional na demonstração da posição financeira é realizada nas contas do ativo de acordo com a natureza do bem arrendado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

Os custos diretos iniciais incorridos pelo Banco Société Générale são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

A renda do arrendamento é reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos não estejam na mesma base. Os custos, incluindo a depreciação, incorridos da realização da receita, são reconhecidos como despesa.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciables é consistente com a política de depreciação utilizada pelo Banco Société Générale para ativos similares.

2.21. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes":

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

2.22. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("imposto sobre a renda"). O imposto sobre a renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. Para as instituições financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. A alíquota da contribuição é de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis são diferidos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

2.23. Captações com bancos e outros recursos

São reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecido na demonstração do resultado do período de vigência destes instrumentos, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.24. Pagamentos baseado em ações

O Banco Société Générale tem dois programas de pagamento baseado em ações para os seus diretores e funcionários, onde a empresa recebe os serviços prestados e como contraprestação outorga às partes opções de compra de ações do Banco Société Générale ou direitos de subscrição de ações a um preço de referência, aplicado um desconto percentual. Nos dois programas, os instrumentos de capital outorgados aos funcionários são com base nas ações da matriz. Os detalhes em relação aos dois programas estão descritos na nota explicativa nº 32 - "Plano de pagamento baseado em ações".

2.25 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo e longo prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. Esses benefícios são reconhecidos dentro do período de competência.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria.

(b) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

(c) Participação nos lucros

O Banco reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na conta "Despesas com pessoal" na demonstração do resultado conforme condições estabelecidas pelo sindicato da categoria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

■ 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da Administração. As estimativas e premissas que impactos das informações contábeis e são aplicadas de forma consistente entre os exercícios. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente e consistentemente nos exercícios subsequentes.

As estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as melhores estimativas disponíveis e em acordo com as regras aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas, e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros, quando aplicável e permitido pelas normas contábeis.

Políticas contábeis e o julgamento da Administração para certos itens são especialmente críticos para o resultado.

(a) Perdas por redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pela IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco estima a provisão para perdas sobre crédito com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen (BR GAAP), que usa determinados limites regulatórios definidos pelo BACEN para fins do cálculo da provisão para perdas sobre crédito de liquidação duvidosa.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no balanço patrimonial incluem principalmente valores mobiliários classificados como de ativos financeiros mantidos para negociação, inclusive derivativos; outros ativos financeiros designados ao valor justo e ativos financeiros disponíveis para venda. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são registrados no balanço patrimonial pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 – Baseado em dados observáveis de mercado, tais com preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Baseado em outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3 – Baseado em técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	2015	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	(45.010)	(690.725)	667.481
Mantidos para negociação	(45.010)	(690.725)	667.481
Títulos e valores mobiliários	(45.010)	(690.725)	667.481
Carteira própria	200.491	222.256	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	(245.501)	(912.981)	667.481
Ativos financeiros disponíveis para venda	347.601	347.601	-
Títulos e valores mobiliários	347.601	347.601	-
Ativos dados em garantia	755.332	755.332	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação	560.354	560.355	-
Disponíveis para venda	194.978	194.977	-
Total	1.057.924	412.208	667.481

	2014	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	786.739	683.366	130.308
Mantidos para negociação	786.739	683.366	130.308
Títulos e valores mobiliários	786.739	683.366	130.308
Carteira própria	751.336	778.271	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	35.403	(94.905)	130.308
Ativos financeiros disponíveis para venda	193.473	193.473	-
Títulos e valores mobiliários	193.473	193.473	-
Ativos dados em garantia	1.861.146	1.861.146	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação	1.675.946	1.675.946	-
Disponíveis para venda	185.200	185.200	-
Total	2.841.358	2.737.985	130.308

(c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

O Société Générale revisa seus instrumentos de dívida classificados como investimentos disponíveis para venda em cada data das demonstrações financeiras para avaliar se eles estão designados para redução ao valor recuperável. Isso exige julgamento semelhante à avaliação individual de empréstimos e adiantamentos.

O Société Générale também registra a redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais disponíveis para venda em que houve uma baixa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

significativa ou prolongada no valor justo, abaixo do seu custo. A determinação do que é considerada “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para alcançar esse julgamento, o Société Générale avalia, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, além da duração e extensão na qual o valor justo do investimento foi menor do que o seu custo.

(d) Provisões

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão nem divulgação.

(e) Operações Descontinuadas

Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do banco decidiu pelo encerramento das operações do Banco Pecunia S.A., deixando de conceder novos empréstimos e assim o classificou como operações descontinuadas mantido para venda. A administração considerou que a controlada satisfaz os critérios para ser classificada desta maneira naquela data. Em 2015, o encerramento das operações ocorreu através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, associada a alienações de parte substancial de sua carteira de financiamento de veículos. Em 18 de fevereiro de 2016, a Administração assinou a alienação do Banco Pecunia S.A. e por esta razão a classifica em ativos de operações descontinuadas mantidos para venda. A concretização da venda está condicionada a aprovação do Banco Central do Brasil.

■ 4. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS CRÍTICOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco Société Générale em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco Société Générale, sendo a estrutura de análise composta pela Alta Administração e comitês que atuam nos seguintes tipos de riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela identificação e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administração e monitoramento dos riscos.

4.1. Risco de crédito

O Banco Société Générale está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico da indústria que represente uma concentração da carteira de investimentos mantida pelo Banco Société Générale podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo ou prestação de garantias financeiras, avais e fianças. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados por departamento especializado conforme segmentação do mercado em que o risco se insere: Corporate & Investment Bank, Serviços Financeiros Especializados – Varejo e Serviços Financeiros Especializados – Arrendamento Mercantil. Por meio do superintendente responsável por cada segmento de mercado, são endereçadas matérias para apreciação pelo respectivo Comitê de Crédito. As alçadas locais são definidas pela Matriz. Quando necessário, as decisões do comitês locais são encaminhadas para aprovação da Matriz.

O modelo global do Banco Société Générale é monitorado pelo Regulador francês, estando em conformidade com os requisitos do Acordo de Basiléia II. Além disto, existe a confrontação do rating proposto com o atribuído pelas agências externas e a análise julgamental que também leva em consideração aspectos setoriais, antes da atribuição final do rating. Os responsáveis pela atribuição e gestão de risco de crédito no Brasil atuam independentemente e reportam-se a áreas especializadas na Matriz.

No segmento de varejo, os limites são estabelecidos através de credit scoring determinado por metodologia estatística interna ou externa, parametrizado em sistema que reflete os procedimentos determinados pela Política quanto a alçadas, controles e confirmações. Os modelos de score são continuamente acompanhados e ajustados objetivando a maximização do retorno do capital alocado.

As operações de Arrendamento Mercantil (sob responsabilidade da Société Générale Leasing) são concedidas após apreciação de cada operação pelo Comitê de Crédito específico com base em avaliações quantitativas e qualitativas feitas em modelos próprios para cada empresa pretendente de operação de arrendamento mercantil no âmbito de grupo econômico. As decisões são tomadas por unanimidade de opiniões, cabendo direito de veto exclusivamente à Superintendência da controlada SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil. O Brasil conta com uma alçada para aprovação das operações de acordo com matriz de prazos e valores e que cobre parte significativa das operações. Excedida a alçada local, as operações são submetidas à aprovação da área de riscos da matriz em Paris.

No Atacado, os limites são estabelecidos após análise detalhada da contraparte e da estrutura da operação. Os critérios utilizados envolvem uma avaliação ampla dos riscos apresentados, dos níveis de concentração atingidos e dos fundamentos lógicos da solicitação. O rating da contraparte é proposto e monitorado numa ferramenta chamada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

Starweb, que atende os requisitos de Basiléia II. A alçada para aprovação de crédito é centralizada em uma unidade independente da área de negócio, responsável por monitoração de risco do conglomerado

4.1.1. Mensuração do risco de crédito

(a) Empréstimos e adiantamentos a clientes e a instituições financeiras

Ao mensurar o risco de crédito dos empréstimos e adiantamentos, o Banco Société Générale considera três componentes com relação à contraparte (i) a probabilidade de inadimplência por parte do cliente ou contraparte com respeito às suas obrigações contratuais; (ii) as exposições atuais com a contraparte e seu provável desenvolvimento futuro, a partir das quais se identifica a exposição à inadimplência; e (iii) o provável índice de recuperação das obrigações não cumpridas (perdas por inadimplência).

(i) O Banco Société Générale avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, através da comparação com dados externos disponíveis. A escala de classificação do grupo reflete as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as categorias e a avaliação da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, o Banco Société Générale valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

O Banco Société Générale usa classificação externa, quando possível, para parametrizar sua avaliação interna de risco de crédito. A inadimplência observada por categoria varia de exercício para exercício, especialmente ao longo de um ciclo econômico.

(ii) A exposição à inadimplência baseia-se nos valores que podem ser devidos ao Banco Société Générale no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo ou adiantamento, é o valor nominal. Nos compromissos de empréstimos ou adiantamentos, são incluídas todas as quantias sacadas, além do valor que poderá ter sido retirado no momento da inadimplência, se esta vier a ocorrer.

(iii) Perda por inadimplência ou severidade da perda representa a expectativa do Banco Société Générale com relação ao montante da perda estabelecido por uma ação, se a inadimplência ocorrer. Este montante é expresso como perda percentual por unidade de exposição e normalmente varia de acordo com a categoria da contraparte, com o tipo e o nível da ação e com a disponibilidade de garantias ou outras formas de mitigação de crédito.

4.1.2. Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Banco Société Générale administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas, particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais e quanto a indústrias e países. Com base nas definições da Política de Crédito no Brasil, derivadas da política global, são estruturados os níveis de risco máximos, estabelecendo-se limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico e a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria de Gestão de Riscos na matriz.

A exposição a qualquer tomador de empréstimo ou adiantamento é adicionalmente restrita por sub-limites que cobrem exposições registradas e não registradas no balanço patrimonial. As exposições reais de acordo com os limites estabelecidos são monitoradas periodicamente.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos e adiantamentos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração do limites quando apropriado.

Outras medidas específicas de controle e mitigação são descritas abaixo.

(a) Garantias

O Banco Société Générale emprega uma variedade de políticas e práticas destinadas a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional dessas medidas é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos, que é uma prática comum. O Banco Société Générale implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias diretas e indiretas para empréstimos e adiantamentos são:

Garantias financeiras;

Garantias fiduciárias; e

Garantias reais.

Para minimizar as perdas relativas ao risco de crédito, o Banco Société Générale buscará garantias adicionais com a contraparte assim que houver indicadores de perdas por redução ao valor recuperável com relação a empréstimos e adiantamentos individuais relevantes.

Garantias para ativos financeiros, exceto empréstimos e adiantamentos, são determinadas pela natureza do instrumento.

(b) Derivativos

O Banco Société Générale mantém limites de controle sobre a posição líquida de derivativos abertos (ou seja, a diferença entre contratos de compra e venda), tanto por valor como por prazo. Em qualquer momento, o valor sujeito ao risco de crédito é limitado ao valor justo atual de instrumentos que são favoráveis ao Banco Société Générale (isto é, ativos com valor justo positivo), sendo que em relação aos derivativos é apenas uma pequena fração do contrato; ou valores nominais são usados para expressar o volume de instrumentos em aberto. Esta exposição ao risco de crédito é administrada como parte dos limites gerais para empréstimo a clientes, juntamente com as exposições potenciais causadas pelas movimentações do mercado. Normalmente, garantias não são obtidas para exposições ao risco de crédito sobre estes instrumentos, exceto quando o Banco Société Générale exige depósitos de margem das contrapartes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

(c) Compromissos de crédito (off balance)

Compromissos para extensão de crédito representam porções não utilizadas de autorizações para concessão de crédito na forma de empréstimos e adiantamentos, garantias ou letras de crédito. Com relação ao risco de crédito em compromissos de extensão de crédito, o Banco Société Générale está potencialmente exposto a perdas em montantes iguais ao total de compromissos não utilizados. No entanto, o valor provável de perda é igual ou menor que o total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos depende de que os clientes mantenham padrões de crédito específicos. O Banco Société Générale monitora o vencimento dos compromissos de crédito porque os compromissos de longo prazo em geral oferecem um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de curto prazo.

4.1.3. Políticas de perdas por redução ao valor recuperável e provisionamento

Os sistemas de classificação interno descritos no item 4.1.1. desta nota explicativa dão mais ênfase ao mapeamento da qualidade de crédito do que às atividades iniciais de empréstimos e investimento. Em contraste, as provisões para perda pela redução ao valor recuperável são reconhecidas para fins de elaboração de relatórios financeiros apenas para perdas que tenham sido incorridas na data da demonstração da posição financeira com base em evidência objetiva de perdas por redução ao valor recuperável.

As entidades pertencentes a SGCF (Societe Generale Consumer Finance) que operam com crédito ao varejo, avaliam periodicamente a existência de perda objetiva atualizando suas métricas de modelagem de risco.

A provisão para perda, incluindo a redução do valor recuperável estimado, é derivada da metodologia de risco aplicada a grupos homogêneos de exposição ao risco. Para isso a carteira de crédito de cada entidade é segregada primariamente por tipo de produto, uma vez que cada portfólio apresenta um comportamento diferenciado identificável na janela de observação.

Cada carteira homogênea é segregada por faixa de risco atribuível pelos dias em atraso, verificável individualmente, e divididas em dois grupos para alocação da provisão, sendo: (i) Provisão Específica e (ii) Provisão Coletiva

(i) A Provisão Específica é atribuída aos clientes na situação de default representado pelas categorias 'duvidosa' e 'não performada'.

Na categoria 'duvidosa' são classificados os clientes onde exista evidência objetiva de não honrar as parcelas. Para essa categoria, a evidência objetiva é representada pelo atraso em três parcelas, ou cujo contrato renegociado possua parcela vencida há mais de 30 dias. Nessa categoria estão registrados o capital emprestado e os juros incorridos até a data de balanço.

Na categoria 'não performada' estão classificados aqueles contratos que já se encontram com parcelas em atraso superior a 180 dias, e, estão registrados no balanço pelo capital emprestado e os juros incorridos até 180 dias de atraso.

(ii) A Provisão Coletiva refere-se aos empréstimos que existe uma evidência objetiva identificável, mas não está coberto pela Provisão Específica. Nesse caso, a evidência objetiva é representada pelo atraso de uma ou duas parcelas, mas que não requer que seja marcado como duvidoso.

O montante de provisão a ser constituído deve satisfazer a probabilidade de perda relacionada ao risco exposto. A provisão corresponde à diferença entre o valor contábil do empréstimo e o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva de juros. No caso dos contratos massificados, considerando ser uma quantidade grande de contratos com baixo valor unitário e com características similares, utilizam-se os modelos estatísticos sobre o montante recuperado dos contratos classificados em default e o ritmo dessa recuperação apresentado na janela de observação.

As Provisões, Específica e Coletiva, consideram em seu modelo estatístico duas matrizes sendo:

a) Matriz de passagem – representando a probabilidade para os contratos (contratos em default para Provisão Específica, contratos com uma ou duas parcelas de atraso para a Provisão Coletiva) de passarem a 'não performados'.

b) Matriz de recuperação – representando a percentagem de recuperação dos contratos 'não performados' e seu prazo da recuperação.

A provisão para perda pela redução ao valor recuperável no balanço patrimonial do final do exercício é derivada das classificações de nível de risco.

Os critérios de classificação auxiliam o Banco Société Générale a determinar a evidência objetiva de perdas por

redução ao valor recuperável com base nos seguintes critérios estabelecidos:

Inadimplência nos pagamentos de principal ou juros;

Dificuldades financeiras do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas);

Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;

Início de processo de falência;

Deterioração da posição competitiva do devedor;

Deterioração do valor da garantia;

Redução abaixo do nível do investimento.

4.1.4. Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito

A tabela acima representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito para o Banco Société Générale em 31 de dezembro 2015 e de 2014, sem considerar qualquer garantia ou outras melhorias de crédito agregadas. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis líquidos, conforme reportados no balanço patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

	Exposição máxima	
	2015	2014
Equivalentes de caixa (NE. 5).....	4.719.128	290.469
Mantidos para negociação.....	1.716.309	3.019.982
Títulos e valores mobiliários.....	760.845	2.427.282
Derivativos (não instrumento de hedge).....	955.464	592.700
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	524.666	362.503
Títulos e valores mobiliários.....	524.666	362.503
Empréstimos e recebíveis.....	3.321.755	3.360.798
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras.....	83.689	37.455
Empréstimos e adiantamentos a clientes.....	3.238.065	3.323.342
Ativos dados em garantia.....	17.913	16.170
Disponíveis para venda.....	17.913	16.170
Ativos não correntes - mantidos para venda.....	5.228	4.526
Garantias prestadas (off balance) (NE. 31).....	1.153.481	857.595
Total.....	11.458.480	7.912.042

4.1.5. Empréstimos e adiantamentos a clientes ou a instituições financeiras

Os empréstimos e adiantamentos a clientes ou instituições financeiras estão resumidas abaixo:

	Empréstimos e títulos descontados		Financiamentos		Operações de arrendamento mercantil		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução do valor recuperável.....	1.862.135	1.657.176	492.158	685.909	886.474	592.503	3.240.767	2.935.588
Vencidos mas não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável.....	3.844	73.103	-	73.387	3.007	2.044	6.851	148.534
Sujeitos a perdas por redução do valor recuperável.....	74.055	117.426	82	159.251	-	-	74.137	276.677
Valor bruto.....	1.940.034	1.847.705	492.240	918.547	889.481	594.547	3.321.755	3.360.799
Menos - provisão para perdas por redução do valor recuperável.....	(61.116)	(90.413)	(154.024)	(87.557)	(18.943)	(233)	(234.083)	(178.203)
Valor líquido.....	1.878.918	1.757.292	338.216	830.990	870.538	594.313	3.087.672	3.182.595

Empréstimos e adiantamentos a clientes ou instituições financeiras renegociados

As atividades de renegociação incluem acordos para extensão de pagamento, planos aprovados pela Administração, modificação e deferimento de pagamentos, e outros planos, quando aplicável. Após a renegociação, a conta de cliente anteriormente vencida, retoma à condição de normalidade, sendo administrada juntamente com outras contas similares. As políticas e práticas de renegociação são baseadas em indicadores ou critérios, que indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser efetuados. Essas políticas são mantidas sob contínua revisão. Renegociações são mais comumente aplicadas a empréstimos a prazo, particularmente a empréstimos e adiantamentos a clientes.

Os empréstimos e adiantamentos renegociados que de outro modo estariam vencidos ou individualmente provisionados por perdas por redução ao valor recuperável estão demonstrados a seguir:

	2015	2014
Empréstimos e adiantamentos a clientes.....	6.087	4.959
	6.087	4.959

4.1.6. Títulos e valores mobiliários

A tabela abaixo apresenta uma análise dos títulos e valores mobiliários de acordo com a designação de classificação de risco:

	2015		2014	
	Títulos mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda
Carteira própria:.....	200.491	347.600	751.336	193.473
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i).....	4.222	12.263	133.484	155.623
Letras do Tesouro Nacional - LTN (i).....	145.701	335.337	559.161	37.850
Notas do Tesouro Nacional - NTN (i).....	50.568	-	5.973	-
Debêntures.....	-	-	52.718	-
Vinculados a operações compromissadas:.....	-	-	-	948
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	-	948
Vinculados à prestação de garantias:.....	560.354	194.979	1.675.946	184.252
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i).....	108.493	9.212	648.129	3.269
Letras do Tesouro Nacional - LTN (i).....	436.058	185.767	1.023.081	180.983
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	15.803	-	4.736	-
Total.....	760.845	542.579	2.427.282	378.673

(i) Rating BB em 31 de dezembro de 2015 (BBB em 31 de dezembro de 2014), conforme Standard & Poor's.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

4.1.7. Retomada de garantias

Nas datas indicadas, o Banco Société Générale obteve posse de ativos dados em garantias, como segue:

	Valor contábil	
	2015	2014
Imóveis	4	4
Imobilizado de Uso	612	355
Imobilizado de Arrendamento Operacional	19.037	25.093
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	-	179
Outros	2	69
Total	19.654	25.700

Incluem o valor contábil de veículos ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. As garantias retomadas são geralmente mensuradas ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria.

4.2. Risco de mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco Société Générale. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

As carteiras de investimento não designadas para negociação correspondem, basicamente, as operações de empréstimos e adiantamentos realizadas pelo Banco Société Générale, seus títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços e câmbio.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

4.2.1. Técnicas de mensuração do risco de mercado

(a) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (1 dia), além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 252 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Estes limites são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

(b) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dollar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de "Análise de Sensibilidade" é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. O resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é contrastado com os limites de sensibilidade aprovados para cada fator de risco e então é feita a verificação de conformidade com os limites pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovada pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

(c) Testes de stress

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de stress é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da instituição.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado:

- Alto: aplicação de choques direcionais de alta de taxas de juros seguindo agregação das informações em prazos pré definidos (também conhecido como "time-bucketing") e segregado por fator de risco (isto é, taxas de juros em reais e/ou em moedas estrangeiras);
- Médio: trata-se da aplicação de um choque de 10 basis points (0,10%) nas taxas de juros em reais e em moeda estrangeira. Portanto, o cenário "Médio" reflete os valores da análise de sensibilidade; e
- Baixo: aplicação de choques direcionais de baixa de taxas de juros seguindo agregação das informações em prazos pré definidos (também conhecido como "time-bucketing") e segregado por fator de risco (isto é, taxas de juros em reais e/ou em moedas estrangeiras).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

4.2.2. Resumo das medidas de Risco de Mercado

(a) VaR Carteira de Negociação

	2015	2014
Moeda.....	1.639	241
Ações	577	2.523
Juros Pós-fixados em Reais	1	3
Juros Pré-fixados em Reais	543	4.585
Juros em Moedas Estrangeiras	39.432	36.981
Juros Pós-fixados em Inflação	-	5
VaR Total.....	42.192	44.338

(b) Análise de Sensibilidade e Teste de Estresse

	2015			2014		
	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo
Risco de taxa de juros locais	296,00	22.430,00	(9.233,00)	(115,00)	(8.214,00)	3.545,00
Risco de taxa de juros internacionais	(255,00)	(2.649,00)	1.673,00	(4,00)	(122,00)	1.349,00
Risco Total.....	41,00	19.781,00	(7.560,00)	(119,00)	(8.336,00)	4.894,00

4.2.3. Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco Société Général ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. Na tabela estão incluídos os instrumentos financeiros ao valor contábil, categorizados por moedas.

Concentrações de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados e não registrados no balanço patrimonial:

	2015						
	Dólar dos EUA	EURO	Franco Suíço	Libra Esterlina	Dólar Canadense	Outros	Total
Exposição Ativa.....	16.807	3.596	813	49	195	1	21.461
Exposição Passiva	(16.741)	(3.600)	(813)	(49)	(194)	(1)	(21.398)

	2014						
	Dólar dos EUA	Euro	Franco Suíço	Libra Esterlina	Dólar Canadense	Outros	Total
Exposição Ativa.....	12.138	5.224	279	88	123	1	17.853
Exposição Passiva	(12.143)	(5.224)	(278)	(87)	(123)	(1)	(17.856)

4.2.4. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco Société Générale ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor justo, categorizados por vencimento.

	2015					
	Em até um mês	De um a três meses	De três a 12 meses	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Juros em Reais	(135)	91	(204)	41	1	(206)
Juros em Moedas Estrangeiras	(4.023)	3.868	13	17	(31)	(156)
Juros indexados à Inflação.....	-	-	3	-	-	3

	2014					
	Em até um mês	De um a três meses	De três a 12 meses	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Juros em Reais	205	-	(3.747)	(464)	(34)	(4.040)
Juros em Moedas Estrangeiras	(2.244)	398	5.842	628	(439)	4.185
Juros indexados à Inflação.....	-	-	-	2	-	2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Banco Société Générale não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

4.3.1. Processo de gestão do risco de liquidez

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos e passivos.

O Banco Société Générale envia frequentemente relatórios de risco de liquidez ao BACEN. Tal levantamento é realizado de forma gerencial e sua avaliação é realizada em bases mensais, sendo que, para cada levantamento, o risco de liquidez é avaliado para os três meses seguintes.

4.3.2. Fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar e a receber de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas:

31 de dezembro de 2015

	Faixa de Prazo				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativos					
Ativos negociáveis em mercado ativo	209.496	329.808	5.528	12.263	-
Outras Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.794.001	478.836	228.259	39.224	1.034
Valores vinculados.....	560.355	8.701	177.065	9.212	-
Carteira de crédito	605.377	877.249	1.325.931	144.388	7.049
Derivativos	138.170	437.305	199.091	142.162	38.736
Outros ativos.....	254.711	7.942	-	234.087	-
Total	6.562.111	2.139.842	1.935.873	581.336	46.819
Passivos					
Depósitos interfinanceiros	381	66	-	-	-
Depósito à vista	1.737	-	-	-	-
Depósito a prazo.....	14.456	2.052	20.014	-	-
Obrigações por empréstimos.....	4.348.472	1.712.987	908.854	164.311	28.388
Derivativos	276.312	663.490	232.401	652	28.110
Outros passivos.....	2.395.702	4.222.981	1.939.371	716.175	-
Total	7.037.060	6.601.576	3.100.640	881.138	56.498
Diferença (ativo e passivo)	(474.949)	(4.461.734)	(1.164.767)	(299.802)	(9.679)

31 de dezembro de 2014

	Faixa de Prazo				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativos					
Ativos negociáveis em mercado ativo	900.890	39.088	10.166	-	-
Outras Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	668.437	1.047.937	183.254	6.872	-
Valores vinculados.....	1.679.215	9.475	116.523	55.932	-
Carteira de crédito	1.745.160	8.440.316	4.606.595	412.222	80.331
Derivativos	118.187	120.709	207.228	153.388	-
Outros ativos.....	51.426	3.529	570	163.449	-
Total	5.163.315	9.661.054	5.124.336	791.863	80.331
Passivos					
Operações compromissadas	10.740	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	435.283	1.048.178	195.418	6.872	-
Depósito à vista	14.681	-	-	-	-
Depósito a prazo.....	214.792	14.941	45.127	-	-
Obrigações por empréstimos.....	2.930.038	1.048.172	321.199	50.574	7.309
Derivativos	204.261	166.486	193.363	-	-
Outros passivos.....	1.160.683	7.411.888	3.224.132	171.650	-
Total	4.970.478	9.689.666	3.979.239	229.096	7.309
Diferença (ativo e passivo)	192.837	(28.612)	1.145.097	562.766	73.022

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

4.4. Risco operacional

Definição

Seguindo a definição do Banco Central do Brasil (Resolução 3.380/06) e documentos de referência da Basileia II, risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes direta ou indiretamente de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela Instituição. No Grupo Société Générale, esta definição inclui risco de reputação/imagem, mas exclui risco de estratégia.

O Grupo Société Générale adotou as seguintes categorias para classificar riscos operacionais:

1. Disputas comerciais;
2. Disputas com as autoridades;
3. Erros na avaliação de risco/determinação do preço;
4. Erros de execução;
5. Fraude e outras atividades criminais;
6. Negócios fraudulentos nos mercados de capital ("rogue trading");
7. Perda de capacidade/ambiente operacional;
8. Interrupção de sistemas.

O Société Générale identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles:

- Avaliação de riscos e controles inerentes das áreas, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia adotada pelo Société Générale. Essa avaliação é revisada no mínimo anualmente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição;
- Análise sistemática das perdas operacionais históricas;
- Monitoramento mensal de indicadores de riscos;
- Controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivos;
- Controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance");
- Controles anti-fraudes;
- Plano de continuidade de negócios;
- Comitê de novos produtos;
- Campanhas de conscientização dos colaboradores.

4.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo (*)

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	Valor contábil		Valor justo	
	2015	2014	2015	2014
Ativos financeiros.....	3.087.672	3.182.594	3.048.363	3.194.637
Empréstimos e recebíveis	3.087.672	3.182.594	3.048.363	3.194.637
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	83.689	37.455	83.689	37.455
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.238.066	3.323.342	3.198.757	3.335.385
Provisão para perda por redução no valor recuperável	(234.083)	(178.203)	(234.083)	(178.203)
Passivos financeiros.....	7.227.414	4.654.835	7.226.750	4.654.839
Passivos financeiros ao custo amortizado	7.227.414	4.654.835	7.226.750	4.654.839
Depósitos de clientes	208.391	284.802	208.387	284.586
Depósitos de instituições financeiras	447	(0)	467	(0)
Captações no mercado aberto	-	10.740	-	10.740
Obrigações por empréstimos e repasses	7.018.576	4.359.293	7.017.896	4.359.513

(*) Para os valores justos dos ativos e passivos foi utilizada a mesma metodologia e modelos de precificação do Grupo, conforme notas explicativas nº 2.11 e nº 3.b.

4.6. Gestão de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelos respectivos gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE, com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

O Conglomerado está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital.

O Acordo de Basileia regulamentado pelo Banco Central do Brasil exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 11%.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital estipulados pelo BACEN, objetivo alcançado com sucesso durante o período. o conglomerado cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito. A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basileia, apurados de acordo as normas do Banco Central do Brasil.

- Apuração dos limites de Basileia II

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2015	2014
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.368.528	1.018.898
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	623.729	656.169
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	21.600	30.795
Valor da margem		723.199	331.934

- Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2015		2014	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	431.349	32%	496.144	48%
RWACAM	26.468	2%	3.741	0%
RWAJUR1	14.016	1%	19.475	2%
RWAJUR2	97.775	7%	66.125	6%
RWAJUR3	3	0%	213	0%
RWAJUR4	-	0%	-	0%
PCOM	-	0%	-	0%
PACS	3.074	0%	6.604	1%
RWAOPAD	51.044	4%	63.867	6%
Adicional BCB	-	0%	-	0%

- Extrapolação

	2015	2014
Índice exigido - BACEN	11,00%	11,00%
Índice alcançado	24,14%	17,08%

■ 5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E RESERVAS NO BACEN

	2015	2014
Caixa	12.479	1.769
Caixa em moeda nacional	12.476	1.319
Caixa em moeda estrangeira	3	450
Equivalentes de caixa	4.706.649	288.700
Operações compromissadas	4.706.649	288.700
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.719.128	290.469
Reservas no BACEN - em espécie	2.548	2.596
Total de caixa e equivalentes de caixa e reserva do Banco Central	4.721.676	293.065

As reservas bancárias não são consideradas como equivalentes de caixa para as Demonstrações Financeiras por não atender os critérios de classificação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

■ 6. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO - MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

(a) Títulos e valores mobiliários

	2015			2014		
	Curva	Valor Justo	Ajuste a valor justo	Curva	Valor Justo	Ajuste a valor justo
Carteira própria	200.841	200.491	350	750.870	751.337	(467)
Notas do Tesouro Nacional	50.842	50.569	273	5.043	5.973	(930)
Letras do Tesouro Nacional	145.778	145.701	77	559.646	559.161	485
Letras Financeiras do Tesouro	4.221	4.221	-	133.463	133.485	(22)
Debêntures	-	-	-	52.718	52.718	-
Vinculados à prestação de garantias	560.823	560.354	469	1.677.235	1.675.945	(3.279)
Notas do Tesouro Nacional	15.942	15.803	139	3.741	4.736	(995)
Letras do Tesouro Nacional	436.409	436.058	351	1.025.446	1.023.081	(2.365)
Letras Financeiras do Tesouro	108.472	108.493	(21)	648.048	648.128	81
Total	761.664	760.845	819	2.428.105	2.427.282	(3.746)

Títulos e valores mobiliários dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordadas com outros bancos são títulos de dívida pública e são reclassificados e apresentados separadamente como ativos dados em garantia para efeitos de balanço patrimonial.

(b) Instrumentos Financeiros Derivativos (não instrumento de hedge)

O Banco Société Générale participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA).

(i) Swap

Swaps de moeda e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro e resultam em uma troca econômica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, swaps de moeda e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos swaps de moeda. O risco de crédito do Banco Société Générale representa o custo potencial para repor os contratos de swap se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor notional dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, o Banco Société Générale avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

(ii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Operações de futuro de taxas de câmbio e de juros são obrigações contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito é mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as mudanças no valor dos contratos são liquidadas diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são operações de futuro de taxas de juros negociadas individualmente que exigem a liquidação da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

A composição líquida (ativo menos passivo) dos valores de referência e dos valores justos dos derivativos de negociação é a seguinte:

	2015		2014	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Risco de taxa de juros	4.342.297	3.256	7.210.182	334
Swaps	105.000	2.644	50.000	1.659
Contrato de futuros	4.237.297	612	7.160.182	(1.325)
Risco de moeda estrangeira	26.892.143	(95.477)	26.048.583	(107.454)
Swaps	4.962.082	(368.005)	3.678.374	105.373
NDFs	7.682.964	118.195	7.167.104	23.271
Compra e venda de opções	198.079	1.665	423.305	(94.923)
Operações a Termo	-	-	44.249	-
Contrato de futuros	14.049.018	152.668	14.735.551	(141.175)
Total	31.234.440	(92.221)	33.258.765	(107.119)

	2015	2014	2015	2014
	Valor dos contratos	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Ajuste a receber (pagar)
Mercado futuro				
Mercadoria				
DDI	10.389.543	11.054.494	155.080	(182.493)
DI	4.237.297	7.160.182	612	(1.325)
Dólar	3.659.475	3.652.039	(2.412)	40.925
Índices	-	29.018	-	393
Total	18.286.315	21.895.733	153.280	(142.500)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

Opções	2015		2014	
	Valor de referência	Prêmio a receber	Valor de referência	Prêmio a receber
Compra de Opção de compra			49.745	5.609
Compra de Opção de venda	191.239	1.665	125.366	1.037
Venda de Opção de compra	-	-	65.194	(38.461)
Venda Opção de venda	6.840	-	183.000	(63.108)
Total	198.079	1.665	423.305	(94.923)

Em 31 de dezembro de 2015

Swaps e NDF's

Indexador

	Valor de referência		
	Operações registradas na CETIP	Curva	Mercado
ABI BB x CDI	19.070	(932)	(3.077)
AUD Reuters 11 NY (NDF)	203	(8)	(9)
BAC UM x CDI	13.516	(645)	(1.954)
CA FP x CDI	18.693	(634)	(4.084)
Call Digital x PRE	51.613	1.315	12.036
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	15.912	(87)	(323)
CDI x PRE (Fluxo de caixa)	105.000	407	2.644
CDI - 0,95% x EURIBOR + EUR ECB	119.072	(48.255)	(52.404)
CDI x ABI BB	19.070	932	3.077
CDI x BAC UM	13.516	645	1.954
CDI x CA FP	18.693	634	4.084
CDI x EURO	264.164	12.100	12.720
CDI x IPCA	26.600	(293)	19
CDI x DOLAR (Fluxo de caixa)	1.082.849	(220.071)	(246.879)
Cesta de Ações x PRE	207.276	13.284	21.121
Cesta de Moedas x PRE	71.015	5.113	6.896
CHF (NDF)	206.497	(95.068)	(91.292)
COROA NORUEGUESA (NDF)	776	-	(25)
DIS US x PRE	8.178	366	478
DOLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa)	85.000	164	(482)
DOLAR x LIBOR US 6M (Fluxo de caixa)	183.033	806	2.141
DOLAR x PRE (Fluxo de caixa)	19.212	20.753	21.742
DOLAR (NDF)	5.147.894	35.595	47.295
DOLAR x CDI (Fluxo de caixa)	100.000	126.036	131.503
DOLAR x CHF ECB (Fluxo de caixa)	192.988	83.969	83.680
DOLAR CANADENSE (NDF)	203.000	6.646	11.169
Dow Jones US Real Estate Index Fund x PRE	12.618	109	534
EURIBOR x EUR ECB	642.474	(44)	636
EURIBOR x PRE	60.000	(3.186)	(2.758)
EURO (NDF)	1.042.268	(11.960)	(18.237)
Euro ECB (NDF)	1.007.846	153.270	175.103
EuroREUTERS11NY (NDF)	33.847	982	360
FRANCO SUICO (NDF)	357	(6)	2
GBP Reuters 11NY (NDF)	8.754	440	330
IPCA x CDI	24.200	231	(155)
JPY Reuters 11 NY (NDF)	479	6	3
LIBOR US 3M x DOLAR (Fluxo de caixa)	85.000	(157)	570
LIBOR US 6M x DOLAR (Fluxo de caixa)	336.591	17	(33)
LIBRA ESTERLINA (NDF)	31.043	(5.886)	(6.504)
PRÉ x 0%CESTA DE AÇÕES	207.276	(13.287)	(21.121)
PRÉ x 0%PRÉ 0%	46.820	(11)	-
PRÉ x 9,78%EURIBOR + EUR ECB	119.072	(48.534)	(46.599)
PRE x Call Digital	51.613	(1.308)	(12.036)
PRE x Cesta de Moedas	71.015	(5.089)	(6.896)
PRE x DAX	17.525	(147)	(21)
PRE x DIS US	8.178	(367)	(478)
PRE x DOLAR	367.201	(205.532)	(225.692)
PRE x DOLAR (Fluxo de caixa)	223.016	(38.492)	(36.588)
PRE x EURIBOR	79.574	(2.716)	(3.938)
PRE x Euro ECB (Fluxo de caixa)	67.245	(4.405)	(5.403)
PRE x ITUB4 BZ EQUITY	5.095	(154)	(123)
PRE x S&P	39.900	(897)	(115)
PRE x Shares Dow Jones US Real Estate Index Fund	12.618	(107)	(37)
	12.794.465	(244.458)	(247.166)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2014

Swaps e NDF's

Indexador

	Valor de referência		
	Operações registradas na CETIP	Curva	Mercado
ATIVO ABI BB X CDI	17.850	(839)	(1.252)
ATIVO CA FP X CDI	16.046	520	(1.175)
ATIVO IYR X PRÉ	34.383	788	3.275
ATIVO S&PPRÉ 0%	130.148	12.442	12.209
CDI X ATIVO ABI BB	17.850	110	480
CDI X ATIVO CA FP	16.046	(890)	746
CDI X ATIVO ITUB 4	8.794	(159)	26
CDI X CESTA DE AÇÕES	31.648	(639)	3.455
CDI X EURO	119.072	(10.570)	(7.201)
CDI X PRÉ (FLUXO DE CAIXA)	50.000	173	1.659
CESTA DE AÇÕES X CDI	11.785	930	(626)
CESTA DE AÇÕES X PRÉ	263.804	15.927	37.146
CESTA DE ATIVOS X PRÉ	44.200	(993)	(1.445)
COROA SUECA (NDF)	377	8	13
COROA NORUEGUESA (NDF)	777	89	106
DÓLAR (NDF)	2.186.263	420	10.427
DÓLAR X CDI (FLUXO DE CAIXA)	250.000	120.864	139.195
DÓLAR X FRANCO (FLUXO DE CAIXA)	192.988	57.279	57.683
DÓLAR X FRANCO	288.896	5.975	5.043
DÓLAR X LIBOR (FLUXO DE CAIXA)	329.459	(1.134)	5.627
DÓLAR X PRÉ	27.043	2.295	4.703
DÓLAR X PRÉ (FLUXO DE CAIXA)	27.163	11.251	12.178
EURO (NDF)	4.907.367	(9.486)	24.021
EURIBOR X EURO ECB	238.736	(20)	90
FRANCO (NDF)	1.462	11	17
FRANCO X DÓLAR	208.918	(63.298)	(58.752)
LIBOR X DÓLAR (FLUXO DE CAIXA)	329.459	1.156	(5.511)
LIBRA (NDF)	70.796	(11.182)	(11.314)
PRÉ X ATIVO IYR	34.400	(784)	(528)
PRÉ X ATIVO S&P	67.191	(2.095)	(7.120)
PRÉ X CESTA DE AÇÕES	263.804	(15.895)	(37.146)
PRÉ X CESTA DE ATIVOS	44.200	987	1.445
PRÉ X DÓLAR	355.398	(40.910)	(43.517)
PRÉ X DÓLAR (FLUXO DE CAIXA)	190.023	(7.636)	(7.372)
PRÉ X EURIBOR	119.072	(10.539)	(6.282)
YEN (NDF)	61	(1)	1
TOTAL	10.895.479	54.155	130.304

A composição dos valores de referência *notional* e/ou contratuais dos derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	2015					
	Até três meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Swaps	421.949	3.089.996	701.807	270.000	583.329	5.067.082
NDFs	3.460.511	3.318.749	367.816	271.158	264.730	7.682.964
Compra e venda de opções	7.627	6.052	184.400	-	-	198.079
Contrato de futuros	11.578.622	4.557.151	1.311.577	339.171	499.794	18.286.315
	15.468.709	10.971.948	2.565.600	880.329	1.347.853	31.234.440

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

	2014					Total
	Até três meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Swaps.....	946.239	370.747	2.134.227	277.162	-	3.728.375
NDFs.....	1.237.119	4.669.434	1.248.836	11.715	-	7.167.104
Compra e venda de opções.....	298.905	-	124.400	-	-	423.305
Operações a Termo.....	44.249	-	-	-	-	44.249
Contrato de futuros.....	5.709.309	13.169.378	2.409.268	420.475	187.304	21.895.733
	<u>8.235.821</u>	<u>18.209.559</u>	<u>5.916.731</u>	<u>709.352</u>	<u>187.304</u>	<u>33.258.766</u>

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco Société Générale, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco Société Générale, principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros é reconhecido na rubrica "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negociação", na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* estão apresentados na nota explicativa nº 21 - "Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - *hedge*".

7. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	2015			2014		
	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo
Carteira própria.....	347.903	347.600	(303)	193.542	193.473	(69)
Letras do Tesouro Nacional.....	335.639	335.337	(302)	133.360	133.297	(63)
Letras Financeiras do Tesouro.....	12.264	12.263		60.182	60.176	(6)
Vinculados à prestação de garantias.....	206.684	194.979	(11.705)	191.310	185.200	(6.110)
Letras do Tesouro Nacional.....	197.472	185.768	(11.704)	187.095	180.983	(6.112)
Letras Financeiras do Tesouro.....	9.212	9.211		4.215	4.217	2
Total.....	<u>554.587</u>	<u>542.579</u>	<u>(12.008)</u>	<u>384.853</u>	<u>378.673</u>	<u>(6.180)</u>

O ajuste a valor justo para títulos disponíveis para a venda é contabilizado em resultados abrangentes líquidos de efeito fiscal é de 45% em 2015 (40% em 2014). O saldo de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 2.032 em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 2.472 em 31 de dezembro de 2014, conforme nota explicativa nº20 - "Efeito dos impostos sobre a renda em outros resultados abrangentes".

A movimentação do saldo de ativos financeiros disponíveis para venda nos exercícios está apresentada a seguir:

	2015	2014
Saldo inicial.....	378.673	425.068
Variação cambial dos ativos monetários.....	14.424	23.022
Adições.....	336.516	193.850
Alienações (*).....	(187.031)	(263.261)
Perdas por redução do valor recuperável.....	(3)	(6)
Saldo final.....	<u>542.579</u>	<u>378.673</u>

(*) Neste montante está considerado o valor de R\$ 20 transferido para resultado devido à respectiva realização negativa de R\$ 5.425 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 4.656 positiva em 2014), conforme nota explicativa nº 19.d - "Patrimônio líquido - Ajustes de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda".

8. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

(a) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	2015	2014
Outros empréstimos a instituições financeiras.....	83.689	37.455
Total.....	<u>83.689</u>	<u>37.455</u>

Os empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras referem-se a operações de Arrendamento Mercantil Financeiro com direcionamento para "Instituições Financeiras".

A Administração do banco avaliou a carteira de empréstimos e adiantamentos a Instituições Financeiras e não identificou evidências para contabilização de "provisão para perda por redução ao valor recuperável".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

(b) Empréstimos e adiantamentos a clientes

Composição dos saldos de empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo e setor do devedor, fórmula da taxa de juros, vencimento e concentração:

	2015	2014
Empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo		
Empréstimos e títulos descontados.....	254.954	1.096.492
Financiamentos.....	492.240	918.547
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber	1.685.080	713.757
Operações de arrendamento mercantil financeiro.....	805.792	594.546
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	3.238.066	3.323.342
Por setor do devedor		
Indústria	2.242.334	836.529
Comércio	154.807	199.856
Pessoas físicas	119.004	1.891.073
Outros setores	721.922	395.884
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	3.238.066	3.323.342
Por fórmula da taxa de juros		
Juros prefixados	573.452	2.357.660
Juros pós-fixados	2.664.614	965.682
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	3.238.066	3.323.342
Por vencimento		
Vencidas a partir de 15 dias	49.780	128.524
A vencer até 3 meses.....	601.788	950.685
A vencer de 3 a 12 meses	866.558	1.024.958
A vencer acima de um ano.....	1.719.939	1.219.175
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	3.238.066	3.323.342
Por concentração		
Principal devedor	953.945	188.543
10 seguintes maiores devedores.....	1.601.657	894.227
20 seguintes maiores devedores.....	376.785	222.671
50 seguintes maiores devedores.....	136.933	123.076
100 seguintes maiores devedores.....	59.715	60.250
Demais devedores.....	109.032	1.834.575
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	3.238.066	3.323.342
Provisão de perda por redução no valor recuperável.....	(234.083)	(178.203)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão de perda por redução no valor recuperável	3.003.983	3.145.139

(c) Provisão de perda por redução ao valor recuperável

As variações na provisão de perda por redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica “Empréstimos e recebíveis” são as seguintes, por setor do devedor:

	Empréstimos e títulos descontados		Financiamentos		Operações de arrendamento mercantil		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldo Inicial de provisão de perda por redução no valor recuperável	90.896	103.017	87.074	140.409	233	1.172	178.203	244.598
Indústria	-	-	-	-	30	1.172	30	1.172
Comércio	11.054	12.102	-	-	-	-	11.054	12.102
Pessoas físicas	79.440	90.915	85.971	138.652	-	-	165.411	229.567
Outros setores	-	-	1.505	1.757	203	-	1.708	1.757
Constituição de saldos contra provisão de perdas por redução no valor recuperável	86.459	63.567	154.548	77.380	18.710	233	259.717	141.180
Indústria	-	-	153.959	-	11.608	30	165.567	30
Comércio	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas físicas	86.459	63.567	589	77.380	-	-	87.048	140.947
Outros setores	-	-	-	-	7.102	203	7.102	203
Baixa de saldos contra provisão de perdas por redução no valor recuperável.....	(115.731)	(75.688)	(88.106)	(130.715)	-	(1.172)	(203.837)	(207.575)
Indústria	-	-	-	-	-	(1.172)	-	(1.172)
Comércio	(11.053)	(1.048)	-	-	-	-	(11.053)	(1.048)
Pessoas físicas	(104.678)	(74.640)	(86.601)	(130.463)	-	-	(191.279)	(205.103)
Outros setores	-	-	(1.505)	(252)	-	-	(1.505)	(252)
Saldo final de provisão de perda por redução no valor recuperável	61.624	90.896	153.516	87.074	18.943	233	234.083	178.203
Recuperações de empréstimos e recebíveis baixados para prejuízo (*)	33.288	28.232	844	34.158	-	-	34.132	62.390

O saldo de operações de crédito renegociados no exercício de 2015 é R\$ 6.087 (R\$ 4.959 em 2014).

(*) Nota explicativa nº 22.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

(d) Operações de arrendamento mercantil financeiro

Apresentamos abaixo a reconciliação entre o investimento total bruto nos arrendamentos financeiros e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos a receber, assim como a análise do valor presente mínimo a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

	2015	2014
O valor presente dos valores mínimos a receber de arrendamentos financeiros pode ser analisado da seguinte forma:	846.999	594.546
Até 1 ano	345.057	252.031
Entre 1 e 5 anos.....	495.141	331.468
Acima de 5 anos.....	6.801	11.047

As operações de arrendamento financeiro estão inseridas na nota explicativa nº8, sub-item b – “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, e estão divulgadas na mesma linha no balanço patrimonial.

(e) Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Banco Société Générale avalia a evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa n   2 - “Principais práticas contábeis”).

Demonstramos a seguir a composição da perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos para os exercícios indicados:

	Empréstimos e títulos descontados		Financiamentos		Operações de arrendamento mercantil		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial.....	90.897	103.017	87.073	140.409	233	1.172	178.203	244.598
Adições.....	87.553	62.397	154.548	78.550	18.710	233	260.811	141.180
��nd��ria	-	-	153.959	-	11.608	30	165.567	30
Comércio.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas físicas.....	87.553	62.397	589	78.550	-	-	88.142	140.947
Instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros setores	-	-	-	-	7.102	203	7.102	203
Baixas como prejuízo	(116.825)	(74.517)	(88.106)	(131.886)	-	(1.172)	(204.931)	(207.575)
��nd��ria	-	-	-	-	-	(1.172)	-	(1.172)
Comércio.....	(11.053)	(1.048)	-	-	-	-	(11.053)	(1.048)
Pessoas físicas.....	(105.772)	(73.469)	(86.601)	(131.634)	-	-	(192.373)	(205.103)
Instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros setores	-	-	(1.505)	(252)	-	-	(1.505)	(252)
Saldo Final	61.625	90.897	153.515	87.073	18.943	233	234.083	178.203

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos apresentaram a seguinte movimentação:

■ 9. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA A VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

	2015	2014
Veículos	-	67
Imóveis	4	4
Bens reintegrados diversos	5.224	4.455
Total	5.228	4.526

Imóveis e veículos retomados através da execução de garantia de contratos de empréstimos e financiamentos, reconhecidos contabilmente pelo valor de mercado do bem deduzido das despesas com vendas, como por exemplo, custo do leiloeiro, multas e taxas.

A venda dos bens é realizada através de leilão ou de forma direta. O prazo esperado para a venda dos bens de até um ano. Bens não vendidos há mais de um ano são reduzidos ao seu valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram vendidos ativos não correntes mantidos para a venda no montante de R\$ 7.840 e R\$ 8.562 respectivamente. O lucro na venda foi de R\$ 8.190 em 31 de dezembro de 2015 e prejuízo apurado em 2014 de R\$ 237.

Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do decidiu pelo encerramento das operações do Banco Pecúnia S.A., deixando de conceder novos empréstimos. Em 2015, o encerramento das operações ocorreu através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, associada a alienações de parte substancial de sua carteira de financiamento de veículos. Em 18 de fevereiro de 2016, a Administração assinou a alienação do Banco Pecúnia S.A. e por esta razão a classifica em ativos de operações descontinuadas mantidos para venda. A concretização da venda está condicionada a aprovação do Banco Central do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

Em consonância com o IFRS 5 Ativos Não-correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, segue o resultado do exercício do Banco Pecúnia:

	2015	2014
Receita.....	295.980	399.462
Despesa.....	(427.647)	(406.253)
Prejuízo bruto.....	(131.667)	(6.791)
Perda por redução ao valor recuperável reconhecida quando do recálculo do valor justo menos custos de venda.....	(1.501)	-
Lucro (prejuízo) da operação descontinuada antes dos impostos.....	(133.168)	(6.791)
Receita tributária.....	1.380	627
Relacionada a lucro (prejuízo) antes do imposto.....	676	-
Relacionada ao cálculo a valor justo menos custos de venda.....	704	627
Lucro (prejuízo) do exercício da operação descontinuada.....	(131.788)	(6.164)
As principais classes de ativos e passivos do Banco Pecúnia em 31 de dezembro são:		
Ativo.....	198.485	923.341
Caixa, equivalentes de caixa e reservas no Banco Central.....	95.263	27.369
Ativos financeiros.....	19.363	12.351
Empréstimos e recebíveis.....	13.512	811.929
Ativos não correntes mantidos para venda.....	11	67
Créditos tributários.....	676	2.506
Outros ativos.....	68.162	66.805
Ativo imobilizado.....	1.498	2.296
Ativos intangíveis.....	-	18
Passivo.....	198.485	923.341
Passivos financeiros.....	-	694.266
Provisões.....	66.941	59.319
Passivos tributários diferidos.....	107	3.318
Outros passivos.....	33.588	74.155
Reserva de grupo de alienação classificado como mantido para venda.....	97.849	92.283
Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelo Banco Pecúnia são:		
Atividades operacionais.....	(70.170)	11.858
Atividades de investimentos.....	64	131
Atividades de financiamento.....	138.000	-
Caixa líquido gerado.....	67.894	11.989

■ 10. ATIVO IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos	Software	Imobilizado de arrendamento	Outros	Total
Aquisições.....	636	578	8.654	1.302	11.170
Baixa do custo operação descontinuada.....	(2.766)	(8.528)	-	-	(11.294)
Baixa da depreciação operação descontinuada.....	2.047	6.951	-	-	8.998
Baixa do custo.....	(1.021)	(4.232)	(14.148)	(11.171)	(30.572)
Baixa da depreciação.....	1.032	2.543	3.378	8.911	15.864
Despesa de depreciação (nota explicativa nº 29).....	(1.936)	(3.106)	(3.940)	(1.065)	(10.047)
Em 31 de dezembro de 2015.....	(2.008)	(5.794)	(6.056)	(2.023)	(15.881)
Em 31 de dezembro de 2015					
Custo.....	10.162	20.665	29.567	6.796	67.190
Depreciação acumulada.....	(6.450)	(16.063)	(10.530)	(4.864)	(37.907)
Valor contábil.....	3.712	4.602	19.037	1.932	29.283
Em 31 de dezembro de 2013					
Aquisições.....	4.357	3.507	19.749	2.183	29.796
Baixa do custo.....	(254)	(45)	(537)	(389)	(1.225)
Despesa de depreciação (nota explicativa nº 29).....	(1.813)	(4.479)	(5.247)	(1.406)	(12.945)
Em 31 de dezembro de 2014.....	2.290	(1.017)	13.965	388	15.626
Em 31 de dezembro de 2014					
Custo.....	13.313	32.847	35.061	16.665	97.886
Depreciação acumulada.....	(7.593)	(22.451)	(9.968)	(12.710)	(52.722)
Valor contábil.....	5.720	10.396	25.093	3.955	45.164

As despesas de depreciação foram contabilizadas na conta "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

Não foram capitalizados custos de empréstimos relacionados à aquisição de ativos imobilizados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

■ 11. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Ágio na aquisição de empresas	Outros ativos intangíveis	Ativos gerados internamente- Software em desenvolvimento	Total
Custo:				
Em 31/12/2013.....	397.775	277	1.597	399.649
Adições.....	-	168	1.460	1.628
Transferências.....	-	-	(1.614)	(1.614)
Em 31/12/2014.....	397.775	445	1.443	399.663
Vida útil definida.....	-	445	1.443	1.888
Vida útil indefinida.....	397.775	-	-	397.775
Amortização:				
Em 31/12/2013.....	(397.775)	(138)	-	(397.913)
Adições.....	-	(53)	-	(53)
Em 31/12/2014.....	(397.775)	(191)	-	(397.966)
Saldo líquido.....	-	254	1.443	1.697
Custo:				
Em 31/12/2014.....	397.775	445	1.443	399.663
Adições.....	-	5	-	5
Baixas operações descontinuada.....	-	(18)	-	(18)
Transferências.....	-	-	(1.443)	(1.443)
Em 31/12/2015.....	397.775	432	-	398.207
Vida útil definida.....	-	432	-	432
Vida útil indefinida.....	397.775	-	-	397.775
Amortização:				
Em 31/12/2014.....	(397.775)	(191)	-	(397.966)
Adições.....	-	(63)	-	(63)
Em 31/12/2015.....	(397.775)	(254)	-	(398.029)
Saldo líquido.....	-	178	-	178

Os ativos intangíveis registrados com vida útil definida são representados por intangíveis gerados internamente, os quais encontram-se em fase de desenvolvimento.

■ 12. OUTROS ATIVOS

	2015	2014
		Reapresentado
Adiantamentos e antecipações salariais.....	514	1.100
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta.....	43	140
Impostos e contribuições a compensar.....	78.655	55.275
Devedores por depósitos em garantia (i).....	276.820	246.756
Devedores por compra de valores e bens.....	6.375	-
Devedores por depósitos em garantia-outros.....	-	1.464
Devedores diversos no exterior - partes relacionadas (ii).....	19.338	7.436
Relações com correspondentes.....	9.631	4.171
Negociação e Intermediação de valores.....	155.728	3
Comissões a receber.....	390	362
Créditos vinculados - Banco Central.....	73	725
Valores a receber de soc ligadas.....	9	3
Dividendos a receber.....	42	-
Despesas Antecipadas.....	1.958	-
Outros.....	3.584	10.745
Total.....	553.160	328.180

(i) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de "Box quatro pontas", totalizando R\$ 49.294 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 45.410 em 2014), a dedutibilidade do expurgo inflacionário referente a Lei nº 8.200/91 no montante de R\$ 2.656 (R\$ 2.531 em 2014), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 109.663 (R\$ 85.533 em 2014), a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda e contribuição social correspondentes às diferenças de correção monetária relativos aos Planos Verão, Collor I e II, totalizando R\$ 8.985 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 8.158 em 2014), processos trabalhistas, no montante de R\$ 37.795 (R\$ 33.501 em 2014), e desmutualização da BM&FBOVESPA R\$ 9.461 (R\$ 8.795 em 2015).

(ii) Refere-se a serviços prestados pelo Banco Société Générale no exterior (nota explicativa nº 34).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

■ 13. PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO - MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os saldos de passivos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negociação correspondem aos derivativos, cujo valor justo nas referidas datas-base do exercício sejam negativos e que não sejam objetos de *hedge*.

	2015	2014
Valor justo negativo em derivativos - Swap.....	(1.200.965)	(557.297)

Os valores a liquidar referentes aos contratos de futuros estão classificados como “Outros passivos” no balanço patrimonial e estão apresentadas na nota explicativa nº 6.b) ii – “Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação - Futuros de taxas de câmbio e de juros”

■ 14. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	2015	2014
Pessoas jurídicas.....	208.031	284.477
Depósitos à vista.....	1.716	14.225
Depósitos a prazo.....	165.326	270.252
Depósitos interfinanceiros.....	40.989	-
Pessoas físicas.....	360	325
Depósitos à vista.....	-	325
Depósitos a prazo.....	360	-
Total de depósito de clientes.....	208.391	284.802

■ 15. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	2015	2014
Depósitos interfinanceiros.....	447	-
Operações compromissadas.....	-	10.740
Total de depósito de instituições financeiras e captações no mercado aberto.....	447	10.740

■ 16. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES DE VENDA E TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS E DE EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2015	2014
Obrigações por empréstimos.....	7.011.704	4.359.293
Obrigações em moeda estrangeira - exportação e importação (i).....	1.672.013	707.061
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (ii).....	3.963.313	2.262.514
Obrigações por empréstimos no exterior (iii).....	1.359.022	1.366.824
Empréstimos em moeda nacional.....	17.356	22.894
Obrigações por repasses no exterior.....	6.872	-
Obrigações por repasses no exterior (iv).....	6.872	-
Total de obrigações por empréstimos e repasses.....	7.018.576	4.359.293

(i) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-NY e Cayman com vencimentos até 2016 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 1,37% ao ano em 2015 (0,66% ao ano em 2014).

(ii) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, vencíveis em 2016, sujeitos à variação cambial e juros de até 0,50% ao ano.

(iii) Referem-se a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2015 (4,41% ao ano em 2014).

(iv) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 3,5% ao ano.

■ 17. PROVISÕES

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

(a) Saldos das provisões constituídas

	2015	2014
		Reapresentado
Ações fiscais	163.482	239.068
Ações trabalhistas	127.679	105.733
Ações cíveis	16.865	16.543
Total	308.026	361.344

(b) Movimentação das provisões

	2015			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial.....	239.068	105.733	16.543	361.344
Operações descontinuadas.....	(43.579)	(10.907)	(4.833)	(59.319)
Constituição (*)	825	36.516	5.199	42.540
Ajustes/(Baixas)	17	-	19	36
Reversão (*)	(41.244)	(4.772)	(64)	(46.080)
Atualização (*).....	8.395	1.109	1	9.505
Saldo final.....	163.482	127.679	16.865	308.026
Devedores por depósitos em garantia	231.772	37.795	7.253	276.820

	2014 - Reapresentado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial.....	219.948	87.350	25.997	333.295
Constituição (*)	38.399	43.718	3.121	85.238
Ajustes/(Baixas)	18	(613)	(940)	(1.535)
Reversão (*)	(26.578)	(25.184)	(11.651)	(63.413)
Atualização (*).....	7.281	462	16	7.759
Saldo final.....	239.068	105.733	16.543	361.344
Devedores por depósitos em garantia	203.194	33.501	10.061	246.756

(*) Nota explicativa nº 30

(c) Detalhamento das ações fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

31 de dezembro de 2015	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado
Perdas prováveis	155.399	155.399	127.679	127.679	15.374	15.374	298.452	298.452
Perdas possíveis e obrigações legais	200.160	8.083	617.151	-	40.625	1.491	857.936	9.574
Perdas remotas	119.894	-	-	-	15.127	-	135.021	-
Saldo final.....	475.453	163.482	744.830	127.679	71.126	16.865	1.291.409	308.026

31 de dezembro de 2014	Fiscais - Reapresentado		Trabalhistas		Cíveis - Reapresentado		Total	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado
Perdas prováveis	192.460	192.460	105.733	105.733	15.622	15.622	313.815	313.815
Perdas possíveis e obrigações legais	325.229	46.608	566.401	-	72.347	921	963.977	47.529
Perdas remotas	52.503	-	-	-	17.459	-	69.962	-
Saldo final.....	570.192	239.068	672.134	105.733	105.428	16.543	1.347.754	361.344

Ações fiscais e obrigações legais

Referem-se a obrigações legais e ações relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

Ações classificadas como risco de perda provável

- Compensação de tributos recolhidos a maior (IRPJ, ILL e CSLL) referente a correção monetária de balanço com base na Lei nº 8.200/91 – em 30 de setembro de 2014 foi realizada a reversão da provisão no total de R\$ 15.625, em razão da consolidação do débito nos termos da Lei 11.941/2009 (“Refis”) e consequente pagamento do valor devido à União por meio de conversão em renda do depósito judicial;
- Cobrança administrativa de PIS em razão do não-reconhecimento pelo FISCO do pagamento por meio de compensação com créditos de PIS/ FINSOCIAL e do não-recolhimento de PIS-REPIQUE – em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 6.787 (R\$ 6.397 em 2014);
- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril/91 a março/92 – em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 3.852 (R\$ 3.724 em 2014);
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 92.363 (R\$ 86.211 em 2014);
- Plano Verão - Ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990 – em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 8.985 (R\$ 46.913 em 2014). O Valor provisionado para o Banco Cacique S.A foi integralmente revertido, em face de decisão definitiva favorável aos contribuintes pelo STF em sede de repercussão geral;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

• Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira ("Box quatro Pontas") realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 40.002 (R\$ 38.679 em 2014).

Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 28.642 (R\$ 30.066 em 2014);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente ao ano 2008 – em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 42.777 (R\$ 39.225 em 2014);
- Provisão de IRPJ e CSLL sobre operações day-trade e sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais fora previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 12 - em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 33.278 (R\$ 31.256 em 2014);
- Auto de infração recebido em outubro de 2013 referente a cobrança de IR e CS sobre a suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal. Em fevereiro de 2015 o Banco aderiu ao programa de anistia fiscal, instituído pela Lei 13.043/2014, sendo homologado pela RFB em setembro de 2015, extinguindo seu débito na íntegra (R\$ 60.012 em 2014).

Ações trabalhistas

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Ações cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

■ 18. PASSIVOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS E OUTROS PASSIVOS

a) Passivos tributários diferidos

	2015	2014
Provisão para impostos e contribuições diferidas a pagar (i)	88.406	31.431
Total	88.406	31.431

Conforme nota explicativa nº 33.d. – "Imposto de renda e contribuição social"

b) Outros passivos

	2015	2014
		Reapresentado
Provisão para impostos e contribuições correntes a pagar.....	110.383	93.378
Carteira de câmbio	40.305	220.231
Cheques administrativos	41	56
Provisão com despesas de pessoal.....	23.090	29.062
Provisão para despesas de publicação	295	264
Provisão para pagamentos a efetuar	29.329	17.840
Recebimentos a processar	2.894	6.781
Relações interdependências	-	1
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (i).....	61	232
Provisão para despesas com consultoria	80	72
Provisão para despesas com advogados	279	315
Provisão para despesas com auditoria	25	49
Provisão para Fundo Garantidor de Crédito	8	35
Provisão para garantias prestadas.....	1.845	-
Dividendos a pagar	-	-
Operações a liquidar BM&F	-	139.318
Baixa de imobilizado	-	36.475
Pagamentos a fornecedor - imobilizado de arrend.....	144.691	-
Outras	30.063	56.069
Total	383.389	600.178

(i) Refere-se a serviços prestados pelo Société Générale Corporate & Investment Bank – Paris (nota explicativa nº 34).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

■ 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929 e R\$ 2.374.923 respectivamente, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Quantidade em 31 de dezembro de 2015			
Domiciliadas no exterior.....	508.474	508.474	1.016.948
	508.474	508.474	1.016.948
Quantidade em 31 de dezembro de 2014			
Domiciliadas no exterior.....	408.392	408.392	816.784
	408.392	408.392	816.784

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Aumento de capital

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2015, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco no montante de R\$ 267.003, passando o capital de R\$ 2.374.923 para R\$ 2.641.926, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 45.914 ações ordinárias com direito a voto e 45.914 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 29 de abril de 2015. Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco no montante de R\$ 315.003, passando o capital de R\$ 2.641.926 para R\$ 2.956.929, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 54.168 ações ordinárias com direito a voto e 54.168 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de dezembro de 2015.

d) Ajustes de avaliação patrimonial - Ativos financeiros disponíveis para a venda

	2015	2014
Saldo inicial.....	(3.666)	(2.769)
Ajuste a valor justo (líquido de impostos)	2.484	(3.708)
Transferência para o resultado devido à realização	(5.425)	2.811
Saldo final.....	(6.607)	(3.666)

e) Hedge de fluxo de caixa

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de *hedge*, conforme descrito na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - *hedge*.

	2015	2014
Saldo inicial.....	6.616	9.818
Movimentação líquida.....	(1.357)	(3.202)
Saldo final.....	5.259	6.616

■ 20. EFEITO DOS IMPOSTOS SOBRE A RENDA EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	2015		2014	
	Antes dos impostos	Benefício líquido de impostos fiscal	Antes dos impostos	Benefício líquido de impostos fiscal
Ganho/(perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para a venda	4.516	(2.032)	2.484	(6.180)
Hedge de fluxo de caixa.....	(3.210)	1.853	(1.357)	11.027
Total	1.306	(179)	1.127	4.847

■ 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS NÃO DESTINADOS À NEGOCIAÇÃO – HEDGE

O Banco Société Générale possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de *hedge*, em estratégia de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa

Nossa estratégia de *hedge* visa proteger as alterações no fluxo de caixa devido a variações cambiais das captações externas. A taxa do CDI é considerada a taxa referencial de mercado financeiro brasileiro e    fixada diariamente. A estratégia de *hedge* torna o fluxo de caixa constante no que se refere à

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

volatilidade da taxa CDI. Para proteger a variabilidade do fluxo de caixa futuro de possíveis variações na taxa de câmbio o Banco Société Générale utiliza contratos de derivativos negociados na BM&FBOVESPA.

	2015	
	Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI
Empréstimos	(874.132)	-
DDI	872.486	(713.090)
DI	-	698.452
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		7.160
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		(1.901)
	2014	
	Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI
Empréstimos	(1.142.026)	-
DDI	1.139.363	(967.594)
DI	-	956.341
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		11.027
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (40%)		(4.411)

■ 22. RECEITAS DE JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização das operações de *hedge accounting*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens referentes às receitas de juros e similares auferidos durante os exercícios está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1	46
Aplicações em operações compromissadas	487.846	155.079
Aplicações no exterior	15.157	8.062
Empréstimos e adiantamentos	276.875	593.234
Operações de câmbio	98.037	32.420
Títulos de renda fixa	273.811	185.794
Tarifas com emissões e abertura de crédito	1.923	14.881
Recuperação de créditos baixados (nota explicativa nº 8.c)	34.132	62.390
Receita de arrendamento financeiro e operacional	110.822	85.301
Total	1.298.604	1.137.207

■ 23. DESPESAS DE JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo, como resultado da contabilização das operações de *hedge accounting*.

A composição dos principais itens referentes às despesas de juros e similares auferidos durante os exercícios está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Depósitos a prazo	37.327	38.759
Depósitos interfinanceiros	3.881	(0)
Empréstimos no exterior	2.288.479	826.841
Obrigações com banqueiros no exterior	525.260	132.015
Operações compromissadas	7.593	5.796
Repasse do País	3.613	133
Despesas com Letras Financeiras	-	2.756
Outros	1.778	734
Total	2.867.930	1.007.034

■ 24. RESULTADO LÍQUIDO DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco Société Générale nos exercícios, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar nos exercícios, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

A composição do saldo dessas rubricas está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Receita de tarifas e comissões	2.695	2.848
Cobrança	4.961	283
Garantias prestadas	3.018	2.850
Tarifas bancárias	(49)	5.868
Colocação de títulos	-	387
Resultados líquido de tarifas e comissões	10.625	12.236
Total das receitas de tarifas e comissões	10.674	12.270
Total das despesas de tarifas e comissões	(49)	(34)

■ 25. RESULTADO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO - MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	2015	2014
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação	(20.651)	(6.233)
Lucros com títulos de renda fixa	1.500	6.899
Prejuízos com títulos de renda fixa	(22.115)	(9.821)
TVM - Ajuste negativo ao valor de mercado	(5.569)	(5.595)
TVM - Ajuste positivo ao valor de mercado	5.533	2.284
Derivativos	2.115.244	367.599
Swaps	(595.589)	(111.394)
Futuros	2.248.960	(62.591)
Opções	461.873	541.584
Total	2.094.593	361.366

■ 26. RESULTADO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – DISPONÍVEIS PARA VENDA E DERIVATIVOS NÃO DESTINADOS À NEGOCIAÇÃO

	2015	2014
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	3.185	4.656
Lucros com Títulos de Renda Fixa (TVM)	3.286	4.812
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa (TVM)	(101)	(156)
Derivativos - não destinados a negociação	57.905	12.691
Swaps	1.092	-
Futuros	56.813	12.691
Total	61.090	17.347

■ 27. DESPESAS DE PESSOAL

	2015	2014
Benefícios de curto prazo	2.601	1.922
Proventos	57.809	78.739
Honorários	2.925	3.064
Benefícios	18.593	30.751
Encargos sociais	24.514	29.789
Treinamentos	335	912
Estagiários	1.058	1.098
Benefícios pós-emprego	98	109
Benefícios rescisórios	9.304	2.046
Aviso prévio	3.831	776
Indenizações	50.029	19.433
Bonus/PLR	7.961	8.183
Total	179.058	176.822

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

■ 28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Água, energia e gás	733	1.169
Aluguéis	9.470	16.916
Arrendamentos de bens	237	228
Comunicações	4.221	9.784
Contribuições filantrópicas	1.688	919
Manutenção e conservação de bens	1.850	1.895
Material	336	732
Despesa de processamento de dados	24.796	38.787
Promoções e relações públicas	1.032	854
Propaganda e publicidade	1.881	17.031
Publicações	264	277
Auditoria	66	62
Seguros	900	796
Serviços do sistema financeiro	14.251	16.609
Serviços de terceiros	5.462	5.727
Serviços de vigilância e segurança	423	525
Serviços técnicos especializados	39.452	59.627
Transporte	1.333	3.048
Viagem ao exterior	1.911	1.435
Viagem no país	1.024	1.794
Multas aplicadas pelo Banco Central	4	11
Ressarcimento Despesas Administrativas	-	20.535
Ressarcimento Despesas Adm. no Exercício Anterior	-	6.102
Outras Despesas Administrativas	11.416	3.068
Total	122.750	207.931

■ 29. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

	2015	2014
Depreciação de imobilizado (nota explicativa nº 10)	10.047	12.945
Amortização de intangível (nota explicativa nº 11)	63	53
Total	10.110	12.998

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

■ 30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2015	2014
Rendas de outros serviços	22.404	11.814
Recuperação de encargos e despesas	68.070	30.472
Reversão de provisão de prestação de serviços no exterior	25	-
Reversão de provisão de participação no resultado	-	3.967
Atualização de depósitos judiciais	19.418	12.124
Descontos obtidos	76	79
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(456)	(571)
Despesas não Operacionais	(3.546)	(986)
Receitas não Operacionais	221	1.800
Despesas Tributárias	(28.649)	(39.904)
Variações e Diferenças de Taxas	6.704	133.826
Provisão para ações fiscais (*)	(825)	(38.399)
Atualização de ações fiscais (*)	(8.395)	(7.281)
Provisão para ações trabalhistas (*)	(36.516)	(43.718)
Atualização de ações trabalhistas (*)	(1.109)	(462)
Provisão para ações cíveis (*)	(5.199)	(3.121)
Atualização de ações cíveis (*)	(1)	(16)
Reversão de provisão para ações fiscais (*)	41.244	26.578
Reversão de provisão para ações trabalhistas (*)	4.772	25.184
Reversão de provisão para ações cíveis (*)	64	11.651
Provisão para pagamento de gratificação	(6.856)	(6.442)
Despesas com indenizações cíveis	-	(4.624)
Descontos concedidos	(5.961)	(29.194)
Provisão de prestação de serviços no exterior	(14)	(16)
Provisão para pagamentos de assistência médica	-	(927)
Provisão para devedores duvidoso	-	(1.379)
Provisão para pagamentos de serviços técnicos especializados	(421)	(72)
Provisão para pagamentos de honorários advocatícios	(434)	(315)
Reversão de honorários advocatícios	509	34
Reversão de provisão para devolução de tarifas	93	314
Reversão de provisões de serviços de auditoria	195	388
Despesas com fraudes	(176)	(864)
IOF de crédito bancado sobre operações	(1)	(6)
Provisão para deterioração capital	(31.231)	-
Prejuízo em cessão de operação de crédito	(29.339)	-
Outras despesas operacionais	(12.375)	(38.673)
Outras receitas operacionais	(353)	14.633
Total	(8.062)	55.894

(*) Nota explicativa nº 17.b

■ 31. COMPROMISSOS DE CRÉDITO (OFF BALANCE)

Os valores não reconhecidos (*off balance*) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	2015	2014
Avais e fianças	418.399	169.339
Outras garantias prestadas [se aplicável]	735.082	688.256
	1.153.481	857.595

■ 32. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações.

Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados em ações que estão vigentes em 31 de dezembro de 2014 e outorgados a partir de 1  de janeiro de 2010. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações.

I - Plano de ações diferidas

Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

A outorga das ações está condicionada ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condições de performance. Sendo que 50% das ações serão 31 outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 31 de dezembro de 2014. A posse dos outros 50% dependerão do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Société Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance serão empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as ações serão empossadas de acordo com a seguinte fórmula $10 \times (\text{ROE}\% - 5\%)$, por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das ações serão empossadas. (ii) o segundo critério se aplicará caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA; BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. se o SG ficar entre a 4ª e 6ª. serão outorgadas 25% das ações e caso fique após a sexta posição nenhuma ação será empossada.

II - Plano de ações livres

Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas.

O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de desempenho na qual o Grupo Société Générale atinja um lucro líquido positivo no ano de 2012, condição esta atingida. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, está condicionado à permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e Corporate Banking).

III - Fidelity Bonus Scheme

O Fidelity Bonus Scheme enquadra-se na política de remuneração variável do Banco, sendo aplicada em particular para aqueles diretores que possuem atividades com possível impacto significativo no perfil de risco das instituições do conglomerado.

O plano foi outorgado em março de 2013 e será liquidado em caixa em outubro de cada ano, sendo a primeira liquidação em 2013 e a última em 2016, condicionadas ao cumprimento de permanência. O plano não requer condições de desempenho para o seu exercício.

A remuneração variável diferida no tempo é apurada em unidades de referência, denominadas UNIR, e utiliza como base a diferença entre o preço das ações do Société Générale (França) na data da outorga e a média do preço de fechamento dos últimos 20 pregões precedentes a 14 de março de 2013. Qualquer dividendo pago no período de carência aumentará o valor final a ser pago aos funcionários.

A seguir, demonstramos os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, cujas contrapartidas encontram-se registradas em Reserva de capital - plano de pagamento baseado em ações R\$ 1.967 (em 2014 - R\$ 1.172) e Outros Passivos-Outros em 2014 - R\$ 134:

	2015	2014
Plano de ações livres	1.422	3.559
Plano de ações diferidas.....	864	560
Fidelity Bonus Scheme.....	-	134
Total	2.286	4.253
Saldo no início do exercício	4.253	3.081
Constituição	990	1.463
Canceladas	(1.783)	(208)
Exercidas.....	(1.174)	(83)
Saldo no fim do exercício	2.286	4.253
Movimentação no PL		
Constituição	990	1.463
Canceladas	(1.783)	(208)
Exercidas.....	(1.174)	(83)
Total	(1.967)	1.172

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

■ 33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	2015	2014	2015	2014
	Imposto de renda		Contribuição social	
	Reapresentado		Reapresentado	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias no lucro.....	17.285	38.085	17.285	38.085
Alíquotas vigentes	25%	25%	15% (**) e 9%(*)	15% (**) e 9%(*)
Receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente ..	(4.321)	(9.521)	(2.593)	(5.713)
(a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes				
(-) Provisão para despesas com SG Paris	-	(16)	-	(10)
(-) Despesas com fraudes	(8)	(23)	(6)	(14)
(-) Incentivo fiscal	(392)	(64)	(236)	(39)
(-) Juros indedutíveis MP 472	(10.417)	(6.361)	(6.375)	(3.817)
(-) Descontos concedidos	(1.490)	(1.671)	(1.192)	(1.002)
(-) Provisão com cessão de crédito	(7.335)	-	(5.868)	-
(-) Eliminação de efeito fiscal das operações em descontinuidade	(24.467)	-	(14.681)	-
(-) Outras	(2.088)	(1.075)	(1.619)	(1.148)
	(46.197)	(9.210)	(29.977)	(6.030)
(b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores				
Diferenças temporárias				
(-) Ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.206)	(7.254)	(454)	(3.866)
(-) Ajuste ao valor justo do instrumento financeiro	23.599	(42.864)	14.185	(25.719)
(-) Amortização de ágio	14.346	15.286	11.477	9.003
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.455)	15.784	(24.098)	9.470
(-) Provisão de bônus e PLR	574	154	340	64
(-) Outras diferenças temporárias	3.760	(5.174)	1.656	(3.258)
(-) Prejuízos fiscais	(12.970)	(20.178)	(6.036)	(12.044)
(-) Efeito majoração de alíquota da CSLL para 20%(**)	-	-	(5.046)	-
	(12.352)	(44.246)	(7.977)	(26.350)
(c) Efeito da compensação de prejuízos fiscais	3.364	18.406	-	9.852
(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e ajustes anos anteriores	(32.256)	41.153	(28.138)	24.686
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(91.762)	(3.418)	(68.685)	(3.555)

(*) A alíquota da CSLL das empresas não financeiras é de 9%.

(**) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. Para apurar a parcela da base da contribuição social sujeita a nova alíquota, dentro do exercício, o consolidado efetuou o cálculo estabelecido pela instrução normativa RFB nº 1.591 de novembro de 2015.

a) O Grupo possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 688.698 (R\$ 771.327 em 2014) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 668.426 (R\$ 728.228 em 2014), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20% em 2015 e 15% em 2014) diferidos no montante de R\$ 595.122 (R\$ 589.204 em 2014) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2015	2014
Diferenças temporárias:	19.740	38.733
Provisão para perdas por redução do valor recuperável	4.501	22.238
Provisão para contingências	1.359	1.252
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários, inclusive derivativos	13.474	8.035
Outras	406	7.208
Total	19.740	38.733
Alíquota de imposto de renda e da contribuição social	45%	40%
Crédito tributário constituído	8.883	15.493

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

(c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2015	2014
Saldo inicial.....	15.493	11.181
Operações descontinuadas.....	(2.506)	-
Baixas líquidas.....	(6.882)	(1.241)
Transferência para imposto de renda diferido.....	2.778	5.553
Saldo final.....	8.883	15.493

(d) Movimentação do imposto de renda diferido e contribuição social passivo sobre as diferenças temporárias:

	2015	2014
Saldo inicial.....	28.113	101.028
Ajustes ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.....	-	(9)
Marcação a mercado <i>hedge</i> fluxo de caixa.....	(1.984)	3.259
Reserva de reavaliação.....	-	(13)
Marcação a mercado de derivativos.....	44.866	(67.526)
Diversos.....	17.411	(5.308)
Saldo final (*).....	88.406	31.431

(*) Conforme nota explicativa nº 18 – “Passivos tributários diferidos e Outros passivos”.

(e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Ano	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
2015.....	-	7.213
2016.....	7.767	4.356
2017.....	241	1.888
2018.....	776	1.018
2019.....	65	648
2020.....	31	370
2021.....	3	-
	8.883	15.493

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava

R\$ 7.362 em 2015 (R\$ 12.363 em 2014).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

■ 34. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas do Banco Société Générale incluem, além de suas controladas, o pessoal-chave da Administração do Banco Société Générale e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

As transações realizadas pelo Banco Société Générale com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

Contraparte	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2015	2014	2015	2014
		Reapresentado		Reapresentado
SGAM Soc Asset Management Brasil Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas.....	1	2	20	20
Depósitos à vista.....	(6)	(4)	-	-
Depósitos a prazo.....	(434)	(471)	(58)	(49)
Cacique Promotora de Vendas Ltda.				
Depósitos à vista.....	(7)	(178)	-	-
Depósitos a prazo.....	(50.041)	(17.625)	(5.816)	(2.239)
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	-	(3.498)	(881)	(41.103)
Valores a receber de sociedades ligadas.....	6	-	-	-
Cobracred Cobranças Especializadas Ltda.				
Depósitos à vista.....	(54)	(125)	-	-
Depósitos a prazo.....	(10.947)	(3.227)	(1.108)	(478)
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	-	(1.314)	(3.461)	(16.105)
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.				
Depósitos à vista.....	-	(302)	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	-	(1.971)	-	(22.480)
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	700	29	-	19
Aplicações em moeda estrangeira.....	-	-	24	-
Obrigações em moeda estrangeira.....	(1.018.447)	(826.354)	-	(2.862)
Obrigações por empréstimos do exterior.....	-	-	(4.075)	-
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira.....	42.482	-	92.775	(98.342)
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	151	-	317	-
Devedores diversos no exterior (*).....	19.338	7.436	17.930	7.084
Credores diversos no exterior (**).....	(61)	(232)	(1)	(255)
Obrigações em moeda estrangeira.....	(3.964.630)	-	(289.207)	3.135
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(1.279.533)	(3.429.385)	(112.742)	(26.630)
Obrigações por repasses do exterior.....	(6.872)	-	-	-
Outras obrigações - diversas.....	-	-	8.520	3.135
Société Générale - Canadá:				
Obrigações por empréstimos do exterior.....	-	-	-	(815)
Société Générale - Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira.....	(652.249)	-	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas.....	2	1	20	9
Depósitos à vista.....	(20)	(10)	-	-
Depósitos a prazo.....	(2.259)	(2.094)	(270)	(108)
Ald Automotivo Ltda.				
Depósitos à vista.....	-	(8)	-	-
Depósitos a prazo.....	(11.223)	(13.130)	(1.987)	(1.867)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	(251.598)	(46.186)	(247.192)	(25.556)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	851	29	317	19
Aplicações em moeda estrangeira.....	42.482	-	92.799	(98.342)
Depósitos à vista.....	(87)	(627)	-	-
Depósitos a prazo.....	(74.904)	(36.547)	(9.239)	(4.741)
Devedores diversos no exterior (*).....	19.338	7.436	17.930	7.084
Valores a receber de sociedades ligadas.....	9	3	40	29
Obrigações em moeda estrangeira.....	(5.635.326)	(826.354)	(289.207)	273
Credores diversos no exterior (**).....	(61)	(232)	(1)	(255)
Obrigações por empréstimos do exterior.....	(1.279.533)	(3.429.385)	(116.817)	(27.445)
Obrigações por repasses do exterior.....	(6.872)	-	-	-
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	(251.598)	(46.186)	(247.192)	(25.556)
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	-	(6.783)	(4.342)	(79.688)
Outras obrigações - diversas.....	-	-	8.520	3.135
	(7.185.701)	(4.338.646)	(547.192)	(225.487)

(*) Nota explicativa nº 12

(**) Nota explicativa nº 18 b

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Em milhares de reais

(a) Empréstimos e recebíveis

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

(i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;

(ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%.

(iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(b) Remuneração de pessoas-chave da Administração

	2015	2014
Proventos.....	11.859	10.355
Contribuição ao INSS	4.033	1.797
Total	15.892	12.152

■35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Société Générale, a partir do primeiro semestre de 2008, passou a oferecer um plano de previdência complementar de contribuição definida para seus funcionários, o qual é administrado por uma entidade fechada, Itaú Vida e Previdência S.A.. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco Société Générale e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, as contribuições do Banco Société Générale totalizaram R\$ 700 (R\$ 661 em 2014) e dos funcionários R\$ 789 (R\$ 717 em 2014).

■36. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais.

Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolidação.

Processo	Valor contábil da provisão	
	2015	2014
IRRF sobre conta de fundo ao portador	494	485
CSLL (*)	-	1.058
Total	494	1.543

(*) Em agosto de 2015, o depósito judicial correspondente ao processo que discutia antecipações de CSLL ano base 1990 foi levantado a favor do Banco, resultando no encerramento definitivo do litígio.

No momento da consolidação, o Banco irá registrar o ganho gerado a título de desconto nos juros e nas multas, após homologação da Secretaria da Receita Federal.

■37. MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	2015	2014
Lucro(Prejuízo) do exercício	(175.821)	31.112
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação		
Quantidade média de ações		
Ordinárias	469.095	438.486
Preferenciais	469.095	438.486
Prejuízo por ação em R\$ (reais)		
Ordinárias	(0,19)	0,04
Preferenciais	(0,19)	0,04
Lucro/(Prejuízo) atribuído por classe de ação		
Ordinárias	(87.911)	15.556
Preferenciais	(87.911)	15.556

■38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de fevereiro de 2016, a Administração assinou a alienação do Banco Pecúnia S.A. e por esta razão a classifica em ativos de operações descontinuadas mantidos para venda. A concretização da venda está condicionada a aprovação do Banco Central do Brasil.